

ok



1290000831



TCC/UNICAMP Or8p

M O N O G R A F I A



A Proposta Kaleckiana de Desenvolvimento e a
Industrialização Brasileira (1956-1961)
- Um Estudo Sobre as Relações entre Estado,
Industrialização e Distribuição de Renda -

Aluno: Juan Pablo Ortiz

RA: 871194

Orientadora: Maria Alejandra C.Madi

UNICAMP

INDICE

INTRODUÇÃO

- I. KALECKI: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DISTRIBUTIVO PARA AS ECONOMIAS DO TERCEIRO MUNDO.
 - I.1 OS PROBLEMAS DAS ECONOMIAS SUBDESENVOLVIDAS.
 - I.2 OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS E FINANCEIROS DO DESENVOLVIMENTO.
 - I.3 PROPOSTAS PARA UM DESENVOLVIMENTO ACELERADO E DISTRIBUTIVO.
- II. A INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA BRASILEIRA (1956-1961).
 - II.1 O PLANO DE METAS.
 - II.1.1 ANTECEDENTES DO PLANO DE METAS.
 - II.1.1.1. POLÍTICA ECONÔMICA DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS.
 - II.1.1.2. POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DUTRA.
 - II.1.1.3. POLÍTICA ECONÔMICA DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS.
 - II.1.2 FORMULAÇÃO DO PLANO DE METAS.
 - II.1.2.1. MEDIDAS VISANDO ATRAIR O CAPITAL ESTRANGEIRO.
 - II.1.2.2. MEDIDAS VISANDO AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL.
 - II.1.2.3. MEDIDAS VISANDO ESTIMULAR O INVESTIMENTO PRIVADO EM SETORES PRIORITÁRIOS.
 - II.1.2.4. MEDIDAS QUANTO A POLÍTICA FISCAL E A POLÍTICA DE CRÉDITO.
 - II.1.3 A EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS.
 - II.1.3.1. POLÍTICA FISCAL E CREDITÍCIA
 - II.1.3.2. POLÍTICA DE RENDAS.
 - II.1.3.3. POLÍTICA EXTERNA.
 - II.1.3.4. POLÍTICA INDUSTRIAL
 - II.1.3.5. POLÍTICA DO SETOR AGRÍCOLA.
 - II.2 O DESENVOLVIMENTISMO.

II.2.1. OS TÉCNICOS DESENVOLVIMENTISTAS E SUAS PROPOSTAS
PARA O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL.

II.2.2. DESENVOLVIMENTISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO.

II.2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS E O DESENVOLVIMENTIS-
MO.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho vamos a estabelecer algumas relações entre o Estado, a industrialização e o desenvolvimento distributivo. Para isto o trabalho se desenvolve em dois níveis, um teórico e outro histórico.

No primeiro nível, cabe a recuperação das propostas de industrialização e desenvolvimento distributivo para os países capitalistas do terceiro mundo, formuladas por Michal Kalecki.

Tais propostas serão apresentadas a nível de política econômica, enfatizando sua orientação eminentemente social.

Dado que Kalecki aponta limitações para o desenvolvimento distributivo, a segunda parte corresponde à recuperação de um caso histórico de industrialização, para explicitar a complexidade de tais limites, conscientes de que cada processo de industrialização tem seus limites específicos. Trata-se do Plano de Metas (1956-1961), cuja análise será feita a nível de política econômica. Neste particular, pretendemos determinar quais os fatores que influenciaram os rumos da política econômica e que por sua vez foram essenciais para explicar o padrão de desenvolvimento.

Em outras palavras, temos por um lado uma proposta - formulada em termos puramente econômicos para funcionar a um determinado nível instrumental (política econômica) - capaz de resolver o problema do atraso econômico e social através de um desenvolvimento capitalista distributivo. Por outro lado, na realidade, temos padrões de desenvolvimento que oscilam entre dois tipos, como reconhece o próprio Kalecki. Ou seja, o desenvolvimento eco-

nômico pode ser acelerado mas com serias pressões inflacionarias que geram um perfil regressivo na distribuição de renda ou pode ser extremamente lento e sem pressões inflacionarias, não se enfrentando de forma decisiva o desemprego e o baixo nível de renda agregada.

Assim, na segunda parte do trabalho, em base a leitura dos distintos autores que utilizamos, tudo indica que nosso caso histórico coincide com o tipo de desenvolvimento rápido com pressões inflacionarias mencionado por Kalecki.

A partir daí, formulamos nosso problema da seguinte maneira: porque, na realidade é difícil, senão impossível, implementar uma proposta eminentemente social para a industrialização e o desenvolvimento econômica?

A escolha deste problema se deve à polêmica levantada pelo tema a respeito da industrialização e o desenvolvimento no nosso continente. Para a grande maioria das nações latinoamericanas a industrialização ainda é um desafio. Por outro lado, para o pequena número de países que conseguiram se industrializar, o problema consiste em encontrar um caminho de desenvolvimento que seja capaz de diminuir a exclusão social através da resolução dos desequilíbrios estruturais.

Devido à peculiaridade de cada processo de industrialização e desenvolvimento, não se pode tirar conclusões genéricas. No entanto, o trabalho poderá apontar elementos comuns que possam ser utilizados no estudo de outro processos.

I. KALECKI: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DISTRIBUTIVO PARA AS ECONOMIAS DO TERCEIRO MUNDO.

Neste capítulo pretendemos analisar o trabalho de Kalecki a respeito das economias em desenvolvimento. Kalecki(1), conhecido pela sua contribuição para o estudo da dinâmica econômica capitalista a partir do princípio da demanda efetiva, escreveu uma série de artigos sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico dos países periféricos. Sua contribuição, a este respeito, descansa em três eixos: na especificidade dos problemas econômicos das economias capitalistas subdesenvolvidas, nos problemas estruturais do desenvolvimento econômico e numa série de medidas propostas ou destinadas a superar tais problemas. Cabe ressaltar que o autor, ao longo do seu trabalho, destaca a importância da relação de aspectos institucionais com desenvolvimento econômico.

1.1. Os Problemas das Economias Subdesenvolvidas.

Kalecki(2) observa que existem diferenças entre os principais problemas econômicos dos países subdesenvolvidos não socialistas e os países capitalistas desenvolvidos. O problema crucial das economias capitalistas desenvolvidas é produto do desemprego resultante da insuficiência na demanda efetiva. Nestas economias existe capacidade produtiva apropriada para a utilização plena dos recursos materiais e da mão de obra disponível. Porém, ao diminuir o nível de investimento privado, a economia

experimenta uma queda no nível de atividade, imperando a subutilização dos recursos produtivos disponíveis e o desemprego de mão de obra.

Este problema pode ser contornado mediante o "truque financeiro" que envolve a participação do Estado, cobrindo o hiato deixado pela queda do investimento privado através do gasto público. Em consequência, o nível de atividade será mantido em torno do pleno emprego. Cabe ressaltar que o gasto público se financia através do déficit fiscal, que poderá ser coberto pela elevação da tributação como resultado do aumento da renda agregada.

Em contraste, o desemprego e o subemprego nas economias subdesenvolvidas não socialistas resultam da escassez de capacidade produtiva. Neste caso, é indispensável estimular a construção de capacidade aumentando a taxa de investimento, de modo a elevar o nível de renda e emprego, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico.

1.2 Os Problemas Estruturais e Financeiros do Desenvolvimento Econômico.

Kalecki(3) entende que a elevação da taxa de investimento, a fim de aumentar a capacidade produtiva, pode-se deparar com dois tipos de problemas. Em primeiro lugar, o volume de investimentos e o ritmo do desenvolvimento podem sofrer limitações, tanto pela possibilidade de que o investimento privado não se realize a uma taxa desejável como pela insuficiência de recursos, tais

como componentes importados, para elevar o volume de bens de investimento. Em segundo lugar, a elevação da taxa de investimento pode criar uma série de desequilíbrios estruturais e financeiros. Tais desequilíbrios resultariam da rigidez de determinados setores em enfrentar os efeitos decorrentes da aceleração da taxa de investimentos.

É a este aspecto que Kalecki chama à atenção repetidas vezes. Baseado num esquema bidepartamental (composto pelo setor de bens de investimento e pelo setor de bens de consumo) para descrever a dinâmica do desenvolvimento e identificar os desequilíbrios estruturais e financeiros resultantes da inflexão positiva na taxa de investimentos, o autor aponta que esta rigidez se concentraria basicamente no setor de bens de consumo (D2).. Sendo assim, um aumento do gasto em investimentos, ao impulsionar o nível de atividade no setor de bens de investimento (D1), eleva o nível de renda e emprego, estimulando o gasto em consumo dos trabalhadores, o que, dada a inelasticidade de oferta no setor de bens de consumo, desataria pressões inflacionárias. Ou seja, os preços dos bens de consumo ascendem até que os lucros do D2 se igualem aos salários do D1, já que o volume dos lucros dos capitalistas do D2 depende do gasto em consumo dos trabalhadores do D1, cuja elevação decorre das decisões de gasto em investimento no próprio setor. Desta maneira, ao ter um aumento no preço dos bens de consumo, haveria uma queda dos salários reais, promovendo uma transferência de renda em favor dos lucros. Segundo Kalecki, a inflação "(...) diminuirá o salário real por trabalhador, o que permitirá que o nível de investimento seja mais elevado, forma

muito injusta de financiar o incremento necessário para a aceleração do crescimento econômico." (4)(tradução do autor).

Kalecki reconhece que a situação é bem mais complexa pela razão de que a elasticidade de oferta de bens de consumo varia entre os distintos ramos do setor II. No caso das economias subdesenvolvidas, segundo o autor(5), impera a possibilidade de que a oferta de bens de consumo industriais seja elástica, seja pela existência de capacidade ociosa ou pelo investimento adicional, ao mesmo tempo de que a oferta de bens de consumo agrícola é bastante inelástica devido às limitações impostas por aspectos institucionais, tais como, conforme Kalecki, as condições de instabilidade de posse da terra (pela propriedade "feudal" da terra) e a pobreza inerente dos pequenos agricultores intensificada pela sua dependência em relação aos comerciantes e ao sistema de financiamento privado, o que dificulta a introdução de inovações técnicas que poderiam elevar a produtividade agrícola. Nestas condições, a elevada demanda gerada pelo investimento adicional não implica necessariamente a criação de um mercado de massa de bens de consumo industrializados. Isto em virtude de que a oferta rígida de alimentos detona pressões inflacionárias que deprimem o salário real dos trabalhadores e promovem a transferência de renda em benefício dos lucros dos capitalistas, favorecendo, assim, a acumulação líquida de lucros ou o gasto em bens de luxo dos capitalista.(6)

Portanto, para Kalecki, o principal obstáculo ao desenvolvimento decorre das pressões inflacionárias provocadas pelos desequilíbrios resultantes da rigidez da oferta de alimentos. Desta

maneira, refuta interpretações que consideram que as barreiras ao desenvolvimento econômico decorrem de limitações financeiras ao volume de investimento ou do tamanho reduzido do mercado interno. Isto porque a realização do investimento (ex-ante), ao elevar a renda nacional, irá gerar tanto a demanda adicional de bens de consumo como os recursos correspondentes para se auto-financiar (ex-post).

"No sentido estrito, não existem limitações financeiras ao volume de investimento. O problema real é se o investimento cria pressões inflacionárias ou não". (7) (tradução do autor).

Por sua vez:

"(...) frequentemente considerava-se que a falta de mercados adequados, e não os perigos da inflação, eram o principal obstáculo ao desenvolvimento. Normalmente o problema se formulava da seguinte forma. À vista da demanda interna reduzida, os produtos das fábricas, recentemente construídas, não terão saída. Sendo assim, a industrialização resultará impossível ao menos que seja orientada para os mercados externos".(8) (tradução do autor).

Em resposta a esta formulação, Kalecki contrapõe:

"Se o investimento for suficiente elevado, impulsiona a demanda de bens de consumo até o ponto no qual o excedente destes bens no setor II (D2) satisfaz a maior demanda dos trabalhadores

e capitalistas do setor I (D1). Desta forma, o próprio nível elevado de investimento gera a demanda de bens de consumo". (9) (tradução do autor).

A pressão inflacionária primária, derivada da existência de pontos de estrangulamento pela rigidez estrutural, se propagara numa espiral preços-salários, segundo Kalecki (10). Isto será evidente se no processo de desenvolvimento econômico há tendências a um aumento no "grau de monopólio" como consequência da concentração industrial. Isto porque aquelas empresas que gozarem de um alto "grau de monopólio" podem repassar seus custos aos preços com maior facilidade, preservando seus "mark-ups" e, em consequência, podem evitar a plena utilização da capacidade produtiva ao deprimir a demanda efetiva.

"(...) a inelasticidade da oferta agrícola e as tendências monopolistas da indústria surgem como fatores importantes subjacentes aos efeitos inflacionários no curso do desenvolvimento econômico". (11) (tradução do autor).

Conforme Kalecki, as pressões inflacionárias, neste contexto, podem ser evitadas pela aplicação de medidas que restringem o gasto em consumo de bens assalariado, como a tributação direta e indireta sobre os trabalhadores. Este tipo de medidas, porém, são condenáveis para Kalecki:

" (...) este método contradiz qualquer sentido de justiça social; é inadmissível tributar aos pobres ao invés dos ricos, em base a que estes últimos não consumiriam menos bens de consumo baixo o impacto dos impostos." (12) (tradução do autor).

Paralelamente, a tributação fiscal adicional sobre os lucros dos capitalistas, para Kalecki, é um meio de atenuar as pressões inflacionárias. Em essência, esta medida reduz as possibilidades de que os excedentes monetários nas mãos dos capitalistas possam ser utilizados para a criação de ativos líquidos com fins especulativos, que agravariam a pressão inflacionária primária. Os impostos adicionais sobre os lucros, no entanto, não dissipam completamente as pressões inflacionárias, precisam ser complementados pela resolução dos desequilíbrios intersetoriais. De outro lado, o uso de medidas monetárias restritivas, embora atenua a espiral inflacionária ao impedir a formação de estoques especulativos, retrae o nível de investimento e de atividade, desacelerando, assim, o ritmo do desenvolvimento econômico.

Neste sentido, Kalecki percebe que o desenvolvimento econômico oscila entre dois padrões (13). Ou é acelerado, mas com violentas pressões inflacionárias ou é sem pressões inflacionárias mas extremamente lento. Portanto, nestes padrões existentes, os salários reais dos trabalhadores ou são deprimidos, ou, não se enfrenta de forma decisiva o desemprego e o subemprego.

"De fato, encontramos dois tipos de desenvolvimento (...): ou o desenvolvimento é não inflacionário, mas extremamente lento, ou é relativamente rápido e acompanhado por violentas pressões inflacionárias. E essa é a verdadeira razão da tensão política nos países subdesenvolvidos, mantida em xeque pelas ditaduras militares ou por outros mais sutis estratagemas". (14) (tradução do autor).

1.3. Propostas Para Um Desenvolvimento Acelerado e Distributivo.

Tendo em vista aqueles aspectos, ou seja, o caracter regressivo e concentrador do desenvolvimento e o caracter estrutural da inflação, Kalecki propõe enfrentar o problema do desemprego e do subemprego das economias capitalistas subdesenvolvidas mediante o desenvolvimento acelerado que seja acompanhado pelo equilibrio da estrutura e das relações intersetoriais, visando evitar pontos de estrangulamento que gerem pressões inflacionárias que deprimam o salário real dos trabalhadores. Sugere a adoção do planejamento estatal e de medidas de longo alcance para superar as barreiras ao desenvolvimento econômico, descartando propostas que não objetivem a resolução de problemas de natureza eminentemente estrutural.

"(...) A pressão inflacionária primária experimentada no curso do desenvolvimento econômico é o resultado de desequilíbrios básicos nas relações produtivas. Sendo assim, estas pres-

sões não podem ser evitadas com mecanismos puramente financeiros. A solução ao problema deve estar baseada em políticas econômicas que englobem todo o processo de desenvolvimento".(15) (tradução do autor).

Para isto, propõe uma série de medidas que se apoiam em quatro eixos (16):

- 1) ampliação do papel do Estado, de modo a complementar e a substituir o investimento privado;
- 2) tributação progressiva para financiar o gasto público, diminuindo o consumo suntuário das classes privilegiadas e evitando a tributação sobre a classe trabalhadora;
- 3) equacionar a ajuda externa, visando aumentar as importações sem ferir a balança de pagamentos, dando especial ênfase aos acordos bilaterais para promover as exportações e;
- 4) reforma agrária, de modo a acabar com os entraves institucionais ao aumento da produção agrícola.

A intervenção estatal mais ativa se justifica, na visão de Kalecki, pelo imperativo de que o governo planeje tanto o volume como a estrutura do investimento. O investimento público terá que substituir e complementar o investimento privado nos setores onde este seja insuficiente e, por sua vez, o governo terá que controlar o investimento privado em setores onde este possa se

exceder e criar desequilíbrios estruturais.

Por outro lado, a tributação adicional sobre os capitalistas não só é um meio de atenuar a espiral inflacionária, mas, também, deprime o consumo e a importação de bens de luxo e expande a base fiscal do governo. O investimento privado não seria afetado de forma adversa na aplicação desta medida, já que, em essência, os impostos adicionais incidiriam sobre os lucros privados gerados pelo gasto público.

"(...) O incremento do investimento público, acompanhado da receita da tributação sobre os lucros correspondentemente maiores não teria um efeito adverso sobre os incentivos para o investimento privado".(17) (tradução do autor).

O equacionamento da ajuda externa devera ser feita, conforme Kalecki (18), tendo em mente a prioridade de assegurar o fluxo de importações necessárias para sustentar o desenvolvimento econômico, estimulando as exportações e deprimindo as importações de bens não essenciais de modo a se garantir um volume adequado de divisas para o fim indicado. Como Joan Robinson nota, na visão ortodoxa o capital é um fator produtivo, assim sendo, a ajuda ou os empréstimos externos ao proporcionar capital automaticamente envolvem a elevação da capacidade produtivo. Em oposição à ortodoxia, Kalecki, num artigo sobre as formas de ajuda externa, escrito com a colaboração de Ignacy Sachs, considera que os empréstimos externos não criam capital, mas são um meio de financiar o

deficit da balança de pagamentos, criando, a longo prazo, obrigações financeiras.

Do ponto de vista do país receptor, a ajuda externa teria duas funções, a de elevar a quantidade de recursos financeiros e a de incrementar a capacidade de importação. Os impactos da ajuda externa devem ser contemplados dentro do marco do planejamento, cujo contexto englobe a análise dos principais problemas de desenvolvimento do país receptor. Portanto, devem-se estudar as formas que a ajuda externa assume, identificando as distintas alternativas para fortalecer a balança de pagamentos do país receptor. Neste respeito, os autores destacam cinco modalidades.

A primeira consiste em doações, as quais do ponto de vista puramente econômico resultam na forma de ajuda mais vantajosa em virtude de que não cria obrigações financeiras. O problema desta modalidade deriva do seu possível preço político, já que de forma implícita o país doador pode pedir certas concessões ao país receptor.

O crédito externo, seja público ou privado, é uma outra forma de ajuda. Para os autores, o crédito oficial se insere com maior facilidade no contexto de um plano, já que o governo têm maior controle sobre os recursos, fixando-os de acordo às metas traçadas. A avaliação das suas vantagens e desvantagens pode-se determinar examinando os custos e métodos de devolução. O custo de devolução depende de três elementos: do período de carência, da duração do crédito e da taxa de juros. Por sua vez, os métodos de devolução abrangem três modalidades: devolução em moeda conversível, devolução em moeda local não conversível e devolução

em bens.

Quanto a devolução em moeda conversível, os autores destacam que esta forma só adia os problemas de comércio exterior do país receptor na medida em que este se veria obrigado a elevar as suas exportações para captar as divisas necessárias para honrar os compromissos da dívida externa. Mais vantajosa seria a devolução em moeda local não conversível, neste caso o país credor se encontra interessado em adquirir novos produtos exportáveis do país receptor. Porém, a acumulação de moeda local pelo país credor pode afetar as atividades de alguns setores da economia receptora. A forma mais sólida, no conceito dos autores, é a devolução em bens, pois resolve o problema de realização de exportação de muitos países em vias de desenvolvimento.

Outra forma de ajuda externa analisada são os créditos de cereais, concedidos pelos Estados Unidos ao enviar excedentes agrícolas, conforme estipulado pela "Public Law 480". As vantagens deste tipo de ajuda descansam no fluxo de alimentos que alivia a pressão inflacionária primária e na possibilidade de que o governo receptor possa arrecadar recursos adicionais pela venda do cereal. A sua desvantagem principal reside no fato de não resolver os problemas que causam o atraso na agricultura e originam a rigidez na oferta de alimentos na economia subdesenvolvida.

O investimento direto de capital estrangeiro, na visão dos autores, cria as seguintes dificuldades:

a) tem um impacto negativo sobre a balança de pagamentos;

- b) insere um setor privado externo grande que possivelmente atuara ativamente como grupo de pressão;
- c) as motivações do investimento direto são proporcionais às expectativas de lucros inseridas numa estratégia de acumulação de capital, que entre outras coisas visa o controle de determinadas fontes de matérias primas e;
- d) embora introduz tecnologia no país receptor, na maioria dos casos, esta poderia ser adquirida de forma mais barata através do comércio exterior.

Para que o investimento direto possa se considerar ajuda externa, deve-se inserir num plano de desenvolvimento sob as seguintes condições:

- a) deve alocar-se em setores da economia que estimulem o crescimento do mercado interno; evitando que se concentre em setores que atuariam como meras plataformas de exportação de determinadas matérias primas;
- b) deve submeter-se aos mesmos impostos que incidem sobre as empresas nacionais;
- c) todos os pagamentos ao exterior, inclusive os royalties, as transferências de lucros e a repatriação de capital, devem ser limitados e controlados e;
- d) os lucros reinvestidos devem ser considerados capital privado nacional.

Por último, a ajuda através do comércio exterior é basicamente representada por um conjunto de medidas destinadas a melho-

rar a relação de intercâmbio do país; deve garantir a capacidade de importar fomentando as exportações e a substituição de importações. A situação do país receptor será ainda mais favorável se possuir capacidade ociosa passível de ser utilizada para elevar as exportações, elevando a renda nacional sem necessidade de investimento nem de endividamento externo adicional.

Esta forma de ajuda pode incluir medidas multilaterais e bilaterais. Kalecki e Sachs destacam que as relações bilaterais são mais vantajosas que as relações multilaterais tanto pela facilidade de implementação entre países ativos na utilização do planejamento prospectivo como pela possibilidade de construir uma base de integração regional entre países em vias de desenvolvimento. Nas palavras dos autores, as relações bilaterais "(...) podem ser postas em prática facilmente, ao menos entre países que usam em certa medida o planejamento de longo prazo, ainda mais, parecem oferecer um ponto de partida realista para o processo de integração das economias dos países em vias de desenvolvimento, sobre uma base regional mais ampla. Estamos considerando os contratos de exportação de longo prazo com preços estáveis e os chamados acordos de ramos industriais." (19) (tradução do autor).

Desta forma, as relações bilaterais podem levar-se a cabo mediante os contratos de exportação de longo prazo com preços estáveis e pelos acordos de ramos industriais.

Os contratos de exportação devem admitir preços estáveis para que os planejadores de ambos os países possam ter certeza da entrada de rendimentos futuros provenientes de um volume de in-

tercambio estipulado, habilitando-os a investir em setores definidos.

Por sua vez, os acordos comerciais entre ramos industriais surgem da necessidade de se reestruturar a divisão internacional de trabalho quando os países em desenvolvimento requerem novas linhas de exportação. Desta maneira, aparecem como medidas destinadas a estabelecer uma divisão parcial de trabalho entre os ramos dos distintos países em base a acordos bilaterais. O objetivo destas relações seria a de estimular a integração intersetorial e interregional, assim como a de estimular a diversificação das exportações, ao se criar a complementariedade por meio da especialização de cada país envolvido no tecido de acordos bilaterais.

A este respeito, os autores concluem:

"(...) A garantia mútua de mercados estáveis e crescentes para novas exportações e o ajuste dos planos a longo prazo, para incluir estas decisões parece ser a única forma viável de enfocar o problema da diversificação da estrutura das exportações dos países em vias de desenvolvimento, no contexto de uma divisão de trabalho modificado na economia mundial".(20) (tradução do autor).

A reforma agrária (21), dentro do contexto das propostas kalleckianas, responde à necessidade de superar os entraves institucionais ao aumento da produção agrícola de modo a se compatibiliz-

zar a taxa de incremento de bens de primeira necessidade com as taxas de crescimento do investimento e da renda. Assim, ao se flexibilizar a capacidade de resposta do setor agrícola se evitariam desequilíbrios estruturais que geram pressões inflacionárias.

Segundo Kálecki, os obstáculos de natureza institucional derivam de dois aspectos. Por um lado, os proprietários de grandes extensões de terra frequentemente são do tipo "terratenente-rentista", sem propensão a introduzir inovações técnicas que podem elevar a produtividade agrícola. Dado que os pequenos arrendatários "de pato" carecem de segurança quanto à posse de terra, encontram-se desestimulados a introduzir qualquer melhoria na agricultura. Por outro lado, aqueles pequenos agricultores que têm assegurada a posse de terra, geralmente vivem numa situação de pobreza, oprimidos pela sua dependência em relação ao comércio e ao sistema financeiro privado, o que também os impede de ter alguma inclinação de planejar a introdução de melhorias na agricultura.

Havendo pensado aqueles problemas, Kalecki sugere a adoção de dois conjuntos de medidas. Quanto à pequena propriedade: ele sugere que o governo ofereça ajuda aos agricultores pobres por meio de linhas de crédito para financiar a realização de investimentos, gastos em irrigação e a compra de fertilizantes e ferramentas agrícolas. Por outra parte, aponta a necessidade de criar um órgão estatal que compre e venda os produtos agrícolas a preços fixos, reduzindo, assim, a intermediação comercial e as flutuações sazonais dos preços agrícolas. Em outras palavras, estas

medidas, no seu conjunto, visam garantir condições mais estáveis aos pequenos camponeses, eliminando a sua dependência em relação ao comércio e ao sistema financeiro privado de modo a que tenham uma maior propensão a introduzir inovações técnicas que possam elevar a produção agrícola. Quanto as propriedades de grande extensão: Kalecki indica que a aplicação de um imposto, graduado de forma progressiva, sobre a terra poderá ser a solução. Isto porque, a medida que a propriedade seja maior, o imposto sobre o acréscimo marginal representará uma carga financeira cada vez mais alta, o que obrigará ao proprietário a introduzir inovações técnicas para tornar as suas terras rentáveis ou, senão, terão que vendê-las. Deste modo, adiciona a necessidade de criar um banco hipotecário que tenha a opção de comprar as terras e que, por sua vez, possa vendê-las aos pequenos agricultores mediante um crédito parcelado em quotas.

"(...) a prática de tais medidas (...) oferece uma esplêndida oportunidade para iniciar um movimento cooperativo vigoroso entre os pequenos camponeses, o que facilitaria consideravelmente a tendência a expandir a produção nas suas possessões". (22)(tradução do autor).

Em resumo, a proposta teórica formulada por Kalecki contempla o desenvolvimento acelerado acompanhado pela dinamização setorial da estrutura produtiva no sentido de eliminar desequilíbrios que gerem um perfil regressivo na distribuição de renda. Daí, envolve o papel ativo do Estado e a implementação de profundas reformas

institucionais, às quais, ele mesmo reconhece, se antepõem dificuldades políticas e sociais.

Em teoria, muitos- incluindo até representantes das classes dominantes- aprovam a necessidade econômica de empreender as medidas em questão. Mas, quando se trata de sua aplicação, afetando todos os tipos de sagrados interesses, a situação se modifica radicalmente e uma imensa reação se desenvolve em uma diversidade de modos. Porque, na realidade, a superação de todos os obstáculos ao desenvolvimento econômico enumerados acima significa mais do que a revolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa. Assim, não é surpreendente que essas reformas não sejam pacificamente levadas a cabo." (23) (tradução do autor).

II. O PLANO DE METAS.

II.1 ANTECEDENTES DO PLANO DE METAS.

O Plano de Metas representa um esforço coordenado pelo Estado brasileiro em articular a sua ação, em conjunto com o capital nacional e o capital estrangeiro, na transformação qualitativa da estrutura econômica. A sua implementação implica a integração e diversificação da indústria decorrente da instalação do departamento produtor de bens de capital e bens de produção dentro do conjunto setorial, de modo que o padrão de acumulação passa a ser comandado pelo capital industrial.

A interpretação de tal esforço deve ser feita pensando os traços gerais do período 1930 a 1960, no qual não só temos a consolidação plena das forças produtivas especificamente capitalistas, mas também a modernização do Estado Nacional. Sônia Draibe, aponta que este processo constitui uma via particular de desenvolvimento capitalista, envolve uma mudança de relações entre distintos grupos sociais e o Estado no seu espaço como articulador e expressão do poder burguês. O Estado assume o papel de gestor do crescimento econômico, ao formular a política econômi-

ca, ao determinar os instrumentos de ação dessa política e, ao estatizar e arbitrar as relações econômicas.(1)

O período denominado por J.M. Cardoso de Mello de "industrialização restringida" constitui um momento de transição que precede à industrialização pesada, que, por sua vez foi resultado do bloco maciço de investimentos concentrados no tempo coordenados a partir do Plano de Metas. Isto porque embora a acumulação de capital se assenta na expansão industrial do setor de bens de consumo não duráveis num primeiro momento, e, de forma mais restrita, na dinâmica dos setores de duráveis e de insumos industriais num segundo momento, se encontra limitada pelo potencial produtivo incapaz de antecipar aumentos abruptos na demanda futura. Esta barreira decorre da impossibilidade de se implantar, num bloco concentrado no tempo, um setor de bens de produção e de capital, pelas insuficiências da base técnica e financeira para centralizar e mobilizar capitais.(2)

A crise de realização do complexo cafeeiro, dominado pelo capital mercantil-financeiro, em 1929, coloca sérios problemas de reprodução à estrutura capitalista nacional. Segundo Celso Furtado, isso impõe a necessidade de deslocar o centro dinâmico ao mercado interno, de modo a manter o nível de atividades, abrindo-se distintas possibilidades de desenvolvimento capitalista. Num primeiro momento, a expansão da produção corrente se dá aproveitando a capacidade já instalada no país, sobretudo aquela implantada no momento de auge do café no início dos anos 20.(3)

Este forte estímulo " para dentro " decorre principalmente das transformações no caráter do Estado Nacional. Estas transformações surgem da mudança na correlação de forças políticas ao declinar o poder da oligarquia cafeeira e, por sua vez, ao surgir uma nascente burguesia industrial em conjunto com a classe trabalhadora.

II.1.1. POLÍTICA ECONÔMICA DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS.

Na visão de Sônia Draibe, o primeiro governo Vargas (1930-1945), em contraposição ao esquema descentralizado de dominação das elites oligárquicas do final do século XIX a 1930 , centraliza e redefine o Estado Nacional visando promover a integração nacional.(4)

Dessa forma , o governo centraliza a tributação em favor da União e em detrimento dos Estados. Cria o Departamento de Administração do Serviço Público(DASP) em 1938, com o objetivo de instituir um órgão central de planificação, elaboração e controle do orçamento da União. Em 1941, o governo estatiza as relações econômicas, criando o Ministério do Trabalho e fixando o salário mínimo. Finalmente, em 1945, cria órgãos para a área cambial e creditícia ao se formar , por um lado, a Superintendencia de Moeda e Crédito (SUMOC) que substitui ao Banco do Brasil nas funções de Carteira de Câmbio e Redesconto e na Caixa de Mobilização e

Fiscalização Bancária. Cabe observar que a SUMOC passa a estar atrelada ao Ministério da Fazenda. Por outro lado, subordinada à SUMOC, cria-se a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) que controla o comércio exterior.

Partindo do diagnóstico de que a integração do país está atrelada ao crescimento do mercado interno e dinâmica da indústria nacional, o Estado estimula ambos pela proteção tarifária, pela política de crédito e, pela abolição dos impostos interestaduais.

Segundo Sônia Draibe, os objetivos da industrialização pesada vão se definindo em especial quando os debates sobre a questão de infraestrutura e siderurgia assumem contorno nacional. Em 1939 aparece o primeiro plano de investimentos públicos, o Plano de Obras Públicas e Reaparelhamento da Defesa Nacional, cujos objetivos contemplam a instalação de infraestrutura, da indústria de base e sobretudo, o reequipamento das forças armadas. Trata-se de um plano quinquenal financiado com 10% do orçamento Federal; basicamente taxas sobre operações cambiais, lucros sobre operações cambiárias e vendas de obrigações do Tesouro Nacional. Destes recursos, 45% foram absorvidos por gastos em defesa. O restante foi destinado criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, da Companhia do Vale do Rio Doce em 1942, da Companhia Nacional de alcalis em 1943, da Fábrica Nacional de Motores em 1945 e também no mesmo ano, da Companhia Elétrica de São Francisco. (5)

Em 1942 , a pedido de Vargas, Roosevelt envia a Missão Cooke com o objetivo de planejar o esforço bélico do Brasil para apoiar a ação militar Aliada na Segunda Guerra Mundial. Segundo Marcia Maria D' Avila, a missão propõe ao governo brasileiro quatro linhas de ação:(6)

- a) aumentar a produção interna de produtos essenciais importados;
- b) elevar o padrão tecnológico da indústria nacional;
- c) expandir os meios de transporte e;
- d) canalizar a "poupança interna" para o setor industrial, ressaltando a necessidade de se criar um banco de investimentos.

No mesmo ano, devido às exigências colocadas pela guerra, o governo cria a Comissão de Mobilização Econômica através da qual o executivo amplia seu grau de intervenção na economia nacional, pois subordina quase a totalidade dos outros órgãos de Estado responsáveis pelas áreas de produção e comércio.

Em seguida, em 1943, adota-se outro plano de investimentos públicos, o Plano de Obras e Equipamentos, que na realidade é uma continuação do Plano Especial de 1939.

S. Draibe considera que as limitações dos dois planos executados durante o primeiro governo Vargas decorrem da fragilidade fiscal e financeira do Estado, insuficientes para as grandes dimensões de capital social requerido, isto apesar da centralização

tributária que favoreceu União. Por outro lado, os planos não apresentam nenhuma programação explicitando o número de projetos, a magnitude dos equipamentos, e o cronograma das atividades. Ainda mais, os dois planos limitaram-se à esfera dos gastos públicos, não emitindo qualquer sinal que incentive o investimento privado para setores considerados prioritários.(7)

Em suma, nota Maria Marcia D'Avila, como saldo do primeiro governo Vargas, o Estado assume um peso maior na economia e apesar das limitações, o processo de industrialização avança como resultado de uma política desenvolvimentista intencional, embora haja falta de métodos de programação econômica.(8)

II.1.2. POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DUTRA.

No governo Dutra (1945-1950), nota Draibe, desacelera-se o processo de aparelhamento Estatal, embora não se altere o padrão de intervenção definido no primeiro governo Vargas. O principal motivo desta desaceleração se deve a que a nova direção política não contempla a aceleração do crescimento industrial, mas visa sanear a base fiscal e financeira do Estado de modo ortodoxo e, por sua vez, dinamizar o comércio exterior.(9)

Em 1948 implementa-se o Plano Salte, cujos objetivos delimitam-se ao gasto público em saúde, educação, transporte e energia.

No entender de Sônia Draibe, a formulação do Plano surge do diagnóstico que indica a urgência em superar os problemas de abastecimento derivados da precariedade do sistema de transporte e de energia. Seu período de execução dura cinco anos e demanda

aproximadamente 3% da renda interna gerada nesse período. Deste total, 57% corresponde a transportes, 16% a energia, 14% a alimentação e 13% a saúde.

No entanto, prossegue a autora, o plano só pretende atender problemas imediatos, não visa acelerar a industrialização prevenindo a diversificação e integração dos investimentos. Apesar de ser mais avançado na técnica de planejamento, o plano tem sérias limitações. Inicialmente, inexistia qualquer cronograma de execução, de modo que não há hierarquização de objetivos nem a intenção de imprimir diretrizes globais à economia. Por sua vez, as bases de financiamento são precárias. E, por último, o plano não providencia um aparelho administrativo centralizado, dificultando a sua coordenação e execução devido dispersão dos órgãos envolvidos.(10)

No mesmo ano, de 1948, forma-se a Missão Abbink, denominada Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos. Os objetivos da missão são estudar os problemas de desenvolvimento econômico no Brasil. Marcia Maria D'Avila expõe que o diagnóstico sobre as causas de desequilíbrios estruturais apresentados pela missão foram as seguintes:(11)

- a) mercado interno pouco integrado;
- b) dependência do mercado externo;
- c) altas taxas de crescimento populacional;
- d) descontinuidades na geração e distribuição energética;

- e) baixos níveis de produtividade e;
- f) heterogeneidade da produtividade e da renda a nível regional e entre a agricultura e a indústria.

A partir desses diagnósticos, a Missão propõe a adoção de uma política desenvolvimentista baseada na dinâmica do setor privado e, por sua vez, através do aumento da participação do capital estrangeiro no país.

Apesar dos poucos avanços em matéria de planejamento, destaca-se no período, o papel da política cambial. Na segunda metade de 1947, a fim de reverter a deterioração da balança de pagamentos (por causa do desperdício de divisas no surto de importações "não essenciais" imediatamente após a Segunda Guerra Mundial), implementa-se uma reforma cambial, cuja ação fixa uma taxa de paridade declarada ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 18,50 cruzeiros por dólar e, de outro lado, estabelece um sistema de licença prévia para controlar as importações segundo seu grau de essencialidade. Carlos Lessa chama este período de "industrialização não-intencional," já que a reforma cambial teve um duplo efeito, subsidiando o setor industrial, já que, por um lado, garante a importação de equipamentos ao custo de câmbio e, por outro lado, libera as reservas de mercado.(12)

II.1.3. POLÍTICA ECONÔMICA DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS.

O segundo governo Vargas (1951-1954) retoma a alternativa de industrialização acelerada como opção de desenvolvimento.(13)

Cabe destacar, nesse contexto, os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Segundo Marcia Maria D'Avila, os estudos da Comissão se iniciam analisando o surto da economia Brasileira entre 1939 e 1951, concluindo daí que o alto nível de investimento deve-se ao esgotamento das reservas cambiais e à acumulação de atrasados comerciais, incorrendo, desta maneira, em desequilíbrios no balanço de pagamentos.(14)

Os relatórios apontam fatores positivos e fatores negativos para o desenvolvimento econômico brasileiro. Entre os fatores que retardam o desenvolvimento encontram-se:

- a) geografia e clima desfavorável;
- b) atitudes e instituições culturais influenciadas por fatores econômicos tais como a agricultura devastante e feudal, a especulação e o paternalismo estatal;
- c) permanência de setores agrícolas atrasados;
- d) relutância em admitir a participação externa na exploração de recursos naturais e;
- e) deficiências na administração pública.

Como resultado, a comissão conclui que estes obstáculos criam pontos de estrangulamento que podem retardar o ritmo da in-

Sergio Besserman Vianna considera que a política econômica do segundo governo Vargas visa o reaparelhamento da matriz energia-transporte. Desta maneira, coloca que o governo define duas etapas para lograr implementar seus objetivos. Na primeira, o governo se propõe sanear as finanças públicas através da adoção de uma política econômica ortodoxa e restritiva. Esta postura decorre da tentativa de conseguir o aval do Fundo Monetário Internacional para que o Banco Mundial e o Eximbank desembolsassem recursos financeiros para executar os programas elaborados pela CM-BEU. Na etapa seguinte, esperando obter êxito na primeira, o governo realizaria uma política ativa de investimentos públicos, objetivando superar os pontos de estrangulamento identificados e acelerar o desenvolvimento industrial. (17)

Porém, como nota o autor, num primeiro momento, entre 1951 e 1952, uma série de obstáculos acabam por comprometer a política de estabilização ortodoxa. Inicialmente, há um afrouxamento na concessão de licenças de importação por causa da política de endividamento externo adotada pelo governo devido à expectativa de um novo momento de restrições externas ao se deflagrar o conflito na Coreia. Por sua vez, a política creditícia mostra-se contraditória, devido a seu caráter expansivo. (18)

Num segundo momento, tenta-se reverter o quadro de desequilíbrios ao se instituir em 1953 a instrução 70 da SUMOC. A instrução estabelece a centralização do câmbio; cria um regime de

leilões de divisas, com taxas diferenciais de câmbio, conforme o grau de essencialidade das importações e fixa estímulos as exportações. Tal medida, no momento em que fixa sobretaxas a partir de uma taxa fixa, constitui uma fonte adicional de receitas para o Estado. No entanto, a medida não logra reverter o quadro de desequilíbrios, já que por um lado resolve o problema cambial, mas não logra deter o processo inflacionário. Isto decorre do fato de que a desvalorização cambial eleva o preço dos insumos importados, aumentando, desse modo, os custos internos. Como resultado, o governo perde o aval do FMI para receber financiamento externo e se desintegra a CMBEU.

O segundo governo Vargas encerra-se com a trágica morte do presidente. Posteriormente, instala-se um governo de transição, presidido por Café Filho, até as eleições de 1955 e a posse de Juscelino Kubitzchek em 1956. Apesar dos impasses, neste período cabe resgatar uma série de instrumentos de intervenção estatal que irão desempenhar um papel de destaque na formulação e na execução do Plano de Metas. Dessa maneira, seguindo as recomendações da CMBEU, o governo cria, em novembro de 1951, o programa de reaparelhamento econômico (Lei 1474) com o propósito de executar projetos para o equipamento de portos e ferrovias, armazenamento de alimentos e a elevação do potencial elétrico. Para financiar estes projetos, cria-se uma taxa adicional de 15% sobre o imposto de renda de todas as pessoas jurídicas, uma taxa adicional de 3% sobre as reservas de lucros não distribuídos e, finalmente, autoriza-se ao poder executivo a emissão de títulos da

dívida pública.(19)

Ainda sob as recomendações da mesma Comissão, no dia 20 de junho de 1952, o governo cria o BNDE como órgão encarregado da execução do programa de reaparelhamento econômico. O Banco, por sua vez, está autorizado a receber depósitos e conceder financiamentos de longo prazo. Por último, atua como intermediário de crédito externo, já que tem a competência de dar a garantia do Tesouro Nacional.

A partir do mesmo ano, o governo define a implementação de novas "holdings" no setor produtivo estatal. Em primeiro lugar, através da Lei 2004, anuncia-se o monopólio estatal do petróleo, Petrobrás, que posteriormente entra em funcionamento em maio de 1953. Os recursos para sua execução e operação provêm de dois fundos: da contribuição compulsória dos donos de veículos e do Fundo Rodoviário Nacional.

Em abril de 1954, apresenta-se ao congresso o Plano Nacional de Eletrificação, que implica a criação de um imposto único sobre a energia elétrica, no empenho de dobrar a capacidade de geração de 2 milhões para 4 milhões de Kw e, a criação da Eletrobrás como executora do plano.(20)

Outro fato importante é que em 1953 extingue-se a CEXIM e se cria a DACEX, passando, deste modo, a política de câmbio à esfera da SUMOC.(21)

Por último, cabe mencionar os instrumentos que abrangem o setor externo. Entre eles já mencionamos a Instrução 70 da SUMOC criada em 1953. Em 1955, durante o governo Café Filho, na gestão Gudin, implementa-se a Instrução 113 da SUMOC cujo objetivo é atrair capital estrangeiro, ao permitir que os investidores estrangeiros importem bens de capital sem a necessidade de cobertura cambial.(22)

II.2 FORMULAÇÃO DO PLANO DE METAS

Marcia Maria D'Avila considera que os principais núcleos de planejamento que imprimiram a concepção do projeto desenvolvimentista a partir de 1950 foram a Assesoria ligada ao presidente Vargas, a CMBEU e a assessoria do Ministério da Fazenda (23). Por sua vez, Ana Luiza D'Avila observa que ao se encerrar a CMBEU em 1953, o BNDE a substitui na sua função de programação econômica. Desse modo, passa a desenvolver técnicas e estudos para analisar a economia brasileira e, de outro lado, propõe não só realizar os projetos começados pela CMBEU mas também formular outros.(24)

Dentro deste esforço, cabe assinalar o Grupo Misto de Estudo BNDE-CEPAL, cujos diagnósticos sobre a economia brasileira no pós-guerra e propostas de programação econômica foram consolda-

das no Plano de Metas.(25)

O relatório do BNDE de 1957 aponta que os diagnósticos do grupo sobre a economia brasileira a partir de 1948 apresenta duas inflexões. De 1948 a 1954, assinala que há altas taxas de crescimento como consequência da melhoria das relações de troca e da entrada líquida de recursos estrangeiros. De 1955 a 1956 há uma queda considerável nesta taxa de crescimento devido à reversão dos fatores considerados.

Para evitar uma queda ainda maior na taxa de crescimento, o grupo propõe a manutenção de altas taxas de investimento através da adoção de uma política intensiva de desenvolvimento, por meio do uso de programação econômica. Segundo o relatório do BNDE de 1957: "Impressionou-se o governo com estas perspectivas pelo que decidiu adotar uma política mais intensiva em prol do desenvolvimento econômico."

Esse conjunto de medidas se consolida no "Programa de Desenvolvimento Econômico," quando se cria o "Conselho de Desenvolvimento" em 1956, que ao longo de 1956-1957 elabora o Programa de Metas, composto por trinta metas abrangendo energia, transporte, indústria de base, alimentos e educação.

Os diagnósticos e as propostas do grupo se complementam com as aspirações da plataforma política do governo Kubitschek, na medida que esta aposta no desenvolvimento acelerado e associado

ao capital estrangeiro segundo Malan.(26)

" O programa que me proponho a realizar preve, inicialmente , a adoção de um Plano Nacional de Desenvolvimento no qual se determinam os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado possa realizar a grande tarefa do nosso progresso(...)"

Carlos Lessa define o Plano de Metas como um conjunto de objetivos setoriais que imprimiram um sentido à política econômica e cujas prioridades descansam na integração e diversificação da estrutura industrial. Para atingir estes objetivos, o setor público e o setor privado se associam para concentrar seus esforços em torno de três eixos.(27)_

O primeiro eixo centra o investimento público em torno da matriz energia-transporte. Na área energética, objetiva-se incrementar a capacidade de geração e de distribuição de energia elétrica de modo a dar suporte à expansão industrial, ampliar a capacidade de refino e de prospecção de petróleo e, finalmente, de aumentar a extração de carvão.

Quanto à política de transportes, coloca-se em pauta o reequipamento do sistema ferroviário; prevê-se a construção, manutenção e pavimentação de redes rodoviárias e, por último, objetiva-se a armação de embarcações e a aparelhagem dos portos marítimos.

O segundo eixo, prevê a ampliação de setores de insumos intermediários, basicamente nas áreas de siderurgia, de cimento, metais não-ferrosos, álcalis e celulose.

O terceiro eixo do plano concentra-se na instalação do setor de bens de produção e bens de consumo durável. De um lado, compreende os setores produtivos de bens de capital, principalmente a indústria mecânica e a de material elétrico pesado, os quais produzem uma gama de bens relativamente difundidos, tais como geradores, motores elétricos, bombas etc., o que promove uma forte integração setorial. De outro lado, a indústria automobilística, mecânica e de construção naval, cujo objetivo é atingir altos níveis de nacionalização de modo a imprimir dinamismo às relações intersetoriais.

A apresentação da política econômica se concentra na exposição dos meios utilizados para a execução dos objetivos. Segundo Carlos Lessa, o conjunto da política econômica se divide numa série de medidas apresentadas em três blocos.

II.2.1. MEDIDAS VISANDO ATRAIR O CAPITAL ESTRANGEIRO.

A diminuição dos termos de troca e os desequilíbrios na balança de pagamentos dificultam a obtenção de recursos para efetuar importações indispensáveis à industrialização. Desta maneira, torna-se inevitável recorrer ao capital internacional, seja na forma de crédito ou de investimento direto. Para atrair o capital estrangeiro, o Estado dispõe de instrumentos diferen-

ciados, entre eles, as instruções 70 e 113 da SUMOC e os avais do BNDE, todos gestados no segundo governo Vargas.

Estas medidas serão complementadas e articuladas à política industrial ao se introduzir mudanças nos controles cambiais desde agosto de 1957 a marco de 1961. A principal medida neste sentido é a Lei 3244, que reformula o sistema tarifário, reduzindo as categorias de importação em dois. Primeiro, a categoria geral, constituída por bens essenciais (tais como trigo, petróleo e derivados, equipamentos e juros e amortizações empréstimos essenciais ao desenvolvimento) permite importação ao câmbio de custo, não inferior à taxa de câmbio paga aos exportadores. Segundo, a categoria especial, constituída por bens não-essenciais cujo custo de câmbio é duas ou tres vezes superior à da outra categoria, sendo uma forma de ampliar a proteção à indústria interna.

II.2.2. MEDIDAS VISANDO AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL.

A execução dos projetos públicos é feita através de estatais ou "holdings" pertencentes ao setor produtivo estatal que atuam como verdadeiros agentes empresariais monopolizando segmentos produtivos, sobretudo nas áreas de energia, transporte e a indústria de base. Entre estas temos, como assinalamos anteriormente, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobrás. Em alguns casos, certos projetos são administrados pelo BNDE.

Os recursos para financiar a execução dos distintos projetos se originam principalmente dos fundos vinculados criados por de-

cretos lei pelo executivo em distintos anos. Assim, dentro do programa de transportes, o Fundo Rodoviário Nacional e o Fundo Rodoviário Nacional absorvem distintas proporções da receita de impostos sobre combustíveis e lubrificantes, criados em 1945, e reformulados em 1956 e 1957. Por sua vez, o Fundo Portuário Nacional e da Marinha Mercante absorvem adicionais sobre fretes e tarifas aduaneiras criados em 1958.

Os fundos para o setor energético, como já ressaltamos, foram criados durante o segundo governo Vargas, ao igual que o Fundo de Reparcelamento Econômico, administrado pelo BNDE.

II.2.3. MEDIDAS VISANDO ESTIMULAR O INVESTIMENTO PRIVADO EM SETORES PRIORITARIOS

Os principais setores beneficiados por estas medidas são o de duráveis e os de bens de produção e de equipamentos. O BNDE desempenhou um papel importante no incentivo do setor de bens de produção, principalmente fornecendo crédito interno de longo prazo. No entanto, Carlos Lessa nota que de maior efeito na canalização do investimento privado, sobretudo para o setor de duráveis e o setor de equipamentos, foram o sistema cambial, a tributação aduaneira e a política de atração de "poupança externa" que atraiu o investimento direto (com predominância para o setor de bens de consumo duráveis).

A orientação do investimento privado foi alcaçada em grande parte pela ação dos "grupos executivos," que coordenam o esforço

do setor público e do setor privado a nível setorial. Estes grupos fazem parte de uma administração paralela à estrutura administrativa formal, cuja função é a de programação setorial.

II.2.4. MEDIDAS QUANTO A POLÍTICA FISCAL E CREDITÍCIA.

Antes da reforma financeira de 1964, nota Werner Baer, não há uma separação formal entre a política fiscal e a política monetária e creditícia. Isto resulta principalmente da inexistência de um Banco Central propriamente dito, cujo funcionamento seja autônomo em relação ao Ministério da Fazenda.(29)

“ Como a SUMOC adquiriu a maior parte das atribuições de um banco central e como o Ministério da Fazenda preside o conselho que a dirige , não existe realmente no Brasil separação entre as operações fiscais e as de banco central.”

Carlos Lessa enfatiza a opção do governo pelo desenvolvimento industrial acelerado e indica que a questão da estabilidade nas contas públicas fora relegada a segundo plano. Esta opção logicamente decorre de duas questões. Primeiro, não há uma estrutura administrativa formal que delimite claramente as suas funções, isto pode-se ver pelo comentário de W. Baer citado acima.

Em segundo lugar, em decorrência desta estruturação frágil, o Estado tem uma base fiscal e financeira insuficiente para enfrentar plenamente as imposições causadas por um processo acelerado

de acumulação de capital, cuja materialização pode-se observar nas escalas produtivas crescentes que exigem cada vez mais capitais centralizados.(29)

Portanto, o Estado incorre em progressivos déficits fiscais para enfrentar tal situação. Já que inexiste uma burguesia nacional com suficiente capacidade de alavancar capital, o Estado deve substituí-la como empresário. Neste sentido, a política creditícia é expansiva, pois além de fomentar a criação de crédito pelos bancos comerciais, têm por objetivo financiar os déficits de caixa do governo através da expansão da emissão líquida de papel-moeda.

Lessa destaca, nesse contexto, a permissividade do governo em relação ao processo inflacionário. Argumenta que a transferência de renda causada pela elevação do nível de preços causa uma perda para os assalariados em favor das empresas formadoras de preço. Deste modo há um mecanismo implícito de financiamento do setor produtivo.

Em conclusão, os déficits fiscais, a política creditícia expansionista, os desequilíbrios na balança de pagamentos e o processo inflacionário somam uma série de linhas de menor resistência devido às limitações no raio de ação do governo em promover reformas fiscais e administrativas profundas como resultado da sua intenção em manter a estabilidade política, baseada no compromisso de elevar o nível de atividades através do desenvolvimento associado com a colaboração das distintas classes sociais.

II.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS.

Durante a execução do Plano, forjam-se novas modalidades de intervenção do Estado, através da superposição de aparelhos paralelos à estrutura administrativa tradicional. Esta estrutura administrativa é composta basicamente pelas estatais, pelos grupos executivos e pelo BNDE; sendo que sua função principal é a de programação setorial. Quanto à programação de políticas intersectoriais e à coordenação destas, Carlos Lessa aponta a inexistência de um órgão central de planejamento e indica que este tipo de esforço se faz de forma dispersa entre os distintos órgãos.

A falta de um sistema financeiro com um mercado de capitais desenvolvido põs a necessidade de um órgão oficial que administram as políticas intersectoriais. Nesse sentido, no entender de Ana Luiza D Avila, ao inves de Carlos Lessa, o BNDE desempenha essa função de coordenação das políticas intersectorias .(30)

" Creio que mais do que ter conformado , ao lado de outros órgãos(...) uma estrutura paralela , foi o centro de comando dessa mesma estrutura.

Nao existindo, portanto uma estrutura paralela horizontal, ja que se pode detectar um órgão de comando, infere-se que essa estrutura foi mais piramidal do que horizontal."

Foi por isso que a secretaria de planejamento do período.

Reforçou a modernização dos aparelhos do Estado, pois á medida que ia financiando, apontava as falhas institucionais dos órgãos responsáveis pela infraestrutura econômica . E impôs, á iniciativa privada novos parâmetros técnico-organizacionais."

Abordaremos a execução do Plano de Metas dividindo a nossa análise em cinco segmentos: as políticas fiscal e creditícia; a política de rendas ; a política externa; a política industrial e; a política do setor agrícola.

II.3.1. POLÍTICA FISCAL E CREDITICIA

O aumento contínuo do gasto público deve-se a sua participação cada vez mais ativa na formação bruta de capital. Sobretudo, a partir do período 56/57, destaca-se uma aceleração do investimento público na formação bruta de capital devido ao início da execução dos projetos propostos no Plano de Metas (ver quadros 1 e 2).(31) Se observamos o quadro 2, destaca-se a participação do setor produtivo estatal (empresas mistas) na formação bruta de capital. Sua expansão deve-se ao investimento público em infraestrutura (energia e transportes) e em bens de produção(aço) destinados a criar economias externas de escala na economia brasileira. Para ter uma idéia do peso destes setores no investimento total requerido pelo plano entre 1957 e 1961, observamos o quadro 3 (do relatório do BNDE de 1957) que respondem pelo 92,9%

da participação desse gasto total.(32)

Para financiar os gastos em insumos e infraestrutura , além dos gastos operativos correntes (administração, defesa, etc...), o governo incorre em déficits fiscais crescentes. Como nos confirma a coluna de déficit/superavit no quadro 5. Se isolamos dois anos desta série, 1955 e 1960, percebemos pelo quadro 6 que o item transporte e energia passou a ter um peso maior nas prioridades do gasto público já que cresceu na sua participação relativa de 17,5% em 1955 para 19,34% no ano de 1960.

Os impostos de consumo, de renda, de importação e os selos e similares constituem aproximadamente 80% da receita da União(ver quadro 4). Destes recursos, mais de 50% são constituídos por impostos indiretos, cuja proporção vai crescendo ao longo da execução do plano. O aumento relativo dos impostos indiretos deriva em grande parte da elevação violenta do item impostos de importação no período 57/58 (Ver quadro 8). Cabe ressaltar, a este respeito, as mudanças introduzidas nos controles cambiais a partir de 1957 (Lei 3244 de tarifas). Os 20% restantes das receitas do governo consistem em fundos especiais vinculados que se originam de taxas adicionais sobre distintos impostos. Tais recursos se destinam a financiar programas específicos, regionais ou em infraestrutura. Assume caráter relevante nesta categoria, o Fundo de Reparcelamento Econômico. Com parte destes recursos, o BNDE irá desempenhar um papel importante no financiamento tanto do setor produtivo estatal como do setor privado (ver quadro 7). Em particular, cabe observar o aumento dos empréstimos em moeda nacional para a formação bruta de capital a partir de 1957. Em

1956, o banco concede financiamento para 3,3% da formação bruta de capital, no ano seguinte, esta soma se eleva de tal modo que sua participação cresce para 7,3% da formação bruta de capital. Em outros termos, de 1956 a 1957 aumentou a participação do financiamento do BNDE em 121%.

Em suma, se consideramos que a média anual das receitas do governo Federal entre 1956 e 1961 foi de 8,7% do PIB e que a média anual das despesas no mesmo período representa aproximadamente 11,9% do PIB, temos um déficit fiscal oscilando em torno de 3,2% do PIB ao ano (ver quadro 5). Como podemos ver pelo quadro 10, os principais meios para financiar este déficit foram as receitas provenientes das transações de câmbio e a emissão líquida de papel-moeda.

Se observamos o quadro 8, a emissão líquida de papel-moeda aumenta a taxas crescentes no período do Plano de Metas. Tal comportamento se deve à política creditícia expansiva seguida pelo Banco do Brasil que, além de financiar o déficit público, visa permitir aos bancos comerciais expandir os meios de pagamentos (sobretudo via crédito). Segundo o relatório do BNDE de 1958, o peso da emissão líquida de papel-moeda no financiamento do déficit público nesse ano é menor que a de 1957. Como podemos ver no quadro 8, a causa está na redução do déficit de caixa do governo do Federal devido à considerável colocação das letras do Tesouro Nacional junto aos bancos comerciais em 1958. No mesmo ano, o Banco do Brasil aumenta a sua assistência financeira aos bancos comerciais.

Num horizonte temporal mais amplo, pode se dizer que 1956 a 1961 é um período de crescimento e auge para a economia brasileira, já que há um aumento da produção corrente e elevação da capacidade produtiva. No entanto, a política econômica não é expansiva durante todo o período. A partir de 1958, o acirramento dos desequilíbrios na balança de pagamentos e a aceleração inflacionária resultam numa crise política, sendo o grupo de José Maria Alkimin substituído pelo grupo Lopes/Campos na direção econômica. Imediatamente, em junho do mesmo ano, Lopes/Campos apresentam o Plano de Estabilização Econômica (PEM). As medidas do PEM estão baseadas num diagnóstico ortodoxo segundo o qual os desequilíbrios inflacionários decorrem dos déficits governamentais que pressionam a demanda agregada de modo a elevar os níveis de preços. Desta maneira, o PEM segue um receituário eminentemente ortodoxo, sendo programado para ser executado em duas etapas. Na primeira etapa, a de "transição e reajustamento," visa-se reduzir a inflação. Na segunda etapa, pretende-se estabilizar o crescimento econômico limitando a expansão dos meios de pagamento ao ritmo de incremento do produto.

Feito sob inspiração do FMI, o PEM choca imediatamente com o Plano de Metas. Em dezembro de 1958, Sebastião Paes de Almeida, presidente do Banco do Brasil se nega a seguir as instruções do PEM. Finalmente, os atritos cada vez mais agudos entre o governo brasileiro e o FMI encerram o PEM, já que o primeiro se nega a adotar medidas ainda mais rígidas "recomendadas" pelo último por considera-las politicamente perigosas para a manutenção do pacto social em torno do desenvolvimentismo. Em agosto de 1959, Lucas

Lopes é substituído por S. Paes de Almeida no ministério da Fazenda e por sua vez, Lucio Meiro assume o BNDE em substituição a Roberto Campos. Esta nova equipe, nos órgãos principais de direção econômica, retoma a realização das metas do Plano de Metas como prioridade do governo.(33)

II.3.2. POLITICA DE RENDAS

Como observamos até agora, as pressões inflacionárias tem uma presença constante no cenário do desenvolvimento econômico brasileiro. Maria Alejandra Caporale Madi, resgata duas visões sobre este fenômeno no período do Plano de Metas. Em primeiro lugar, expõe a visão ortodoxa que indica a inflação de demanda e a inflação de custos. A primeira já foi apresentada no diagnóstico do PEM, a segunda, que sera explicada com detalhe mais adiante, coloca os salários nominais como variável de realimentação inflacionaria. A segunda visão é a de Ignacio Rangel, quem aponta que as pressões inflacionarias são resultado da relação do padrão de acumulação de capital e a formação de preços. Nesta interpretação destaca-se a estrutura oligopólica e sua capacidade de formar preços determinando seus "mark-ups" a partir dos seus custos.(34)

Carlos Lessa sustenta que durante a execução do Plano de Metas há uma transferência de renda real dos assalariados em favor dos setores produtivos que determinam os preços. Argumenta que se se houvesse elevado o investimento em virtude da acumulação interna, resultado do aumento do nível da produtividade, os sala-

rios reais deveriam ter-ser mantido constantes. O quadro 10 parece confirmar que dada a falta de controle de preços por parte do governo, foi possível que as empresas ajustassem seus preços mais do que proporcionalmente aos aumentos de custos. Em parte, têm como resultado a queda dos salários reais.(35)

W. Baer confirma as conclusões indicadas acima e agrega outro fator importante: o grau de atraso por parte do governo em reajustar o salário mínimo em proporção à elevação do nível de preços. Se observamos o quadro 11, há um atraso considerável de reajuste salarial entre 1956 e 1959, que se deve principalmente à incapacidade dos assalariados em conseguirem manter constante sua parcela da renda real o que, segundo Baer, decorre do firme controle exercido pelo governo sobre os sindicatos.(36)

Em 1958, ao se adotar o PEM, a política salarial embutida no programa enfatiza a necessidade de manter o salário em função do aumento da produtividade. Na realidade, o que este plano propõe é o arrocho salarial. Os formuladores, o grupo Lopes/Campos, criticam a política salarial seguida pelo governo até então, argumentando que os reajustes salariais concedidos pressionaram os custos para cima, elevando, por sua vez, o nível de preços.

Tal diagnóstico, em outras palavras, indica uma inflação de custos como resultado de dois fatores. Primeiro, consideram os formuladores, as atitudes populistas levam à "distribuição distributiva," dado que o governo prefere distribuir antes de produzir. Segundo, consideram que a política salarial estava reajustando os salários de uma maneira desvinculada à variação da produtividade.

Maria Alejandra Caporale Maci aponta certo viés no diagnóstico dos formuladores do PEM. Na realidade, observando o quadro 12, nota-se que a taxa de crescimento do salário real da indústria da transformação não foi maior que a taxa de crescimento da produtividade.

Por outro lado, observando os quadros 13 e 14, vemos que o grupo Lopes/Campos exagera na importância atribuída aos efeitos negativos da variação de salários sobre as margens de lucro e, em consequência, na possibilidade de que uma diminuição nos lucros possa afetar a capacidade de "poupança" de tal modo que o nível de investimentos sofra uma queda imediata. Tal visão, no nosso entender, vêm de uma tradição ortodoxa que não considera a estrutura de mercado oligopolística, onde a fixação do mark-up atende antes à estratégia de acumulação de capital que às variações de custo e de demanda no curto prazo.

Ainda mais, Bacha e Mata, num estudo do comportamento do salário real de 1949 a 1969, indicam duas tendências na evolução do salário real em relação aos aumentos da produtividade. Podemos constatar no quadro 15 que no primeiro período, de 1949 a 1958, os salários crescem mais que a produtividade nas industriais tradicionais (bens de consumo não duráveis). Por sua vez, ocorre o inverso nas indústrias dinâmicas (bens de produção e bens de consumo duráveis). No outro período, de 1958 a 1969, a tendência se inverte. A partir de 1958, o estudo verifica uma queda nas taxas anuais de produtividade do pessoal ocupado, tal como corroboramos no quadro 15. Tais mudanças se originam da importância que a qualificação assume após a industrialização pesada. As

prioridades não se concentram na maior capacidade técnica para lidar diretamente com a atividade produtiva material, senão, prima-se pela capacidade de supervisionar e coordenar a atividade humana a nível organizacional. Em outras palavras, cresce a estrutura hierarquizada(burocratizada) na medida que se sofisticava o gerenciamento de uma estrutura industrial que experimenta profundas transformações. Estas conclusões se confirmam no quadro 16, onde o salário médio dos burocratas cresce a taxas maiores que as dos operários. Isto é visível sobretudo nos setores industriais mais dinâmicos, onde existe maior complexidade de organização.

(37)

II.3.3. POLITICA EXTERNA

Em função dos déficits na balança comercial, a economia brasileira têm serias dificuldades em captar divisas suficientes para importar numa quantidade necessária os produtos indispensáveis para a industrialização. Isto decorre em grande parte da queda das receitas de exportação. Como resultado, Malan nota que o governo concentra sua política externa no estímulo às exportações de café e na criação de condições favoráveis á entrada de capital estrangeiro.(38)

Nota-se pelo quadro 17, que as exportações de café representam entre 60% e 70% das exportações totais do país no período.

Se analisamos a evolução dos preços no quadro 18, percebemos que de 1945 a 1954 o preço do café cresce violentamente, sendo que em

1945 equivale a 13,38 centavos de dólar por libra-peso (café tipo Santos-4) e, posteriormente, em 1954 equivale a 78,75 centavos. Os principais motivos desta melhoria nas relações de troca devem-se à expansão do mercado interno americano após a Segunda Guerra Mundial e, à continuidade da política de valorização de café pelo governo brasileiro.

No entanto, depois de chegar a seu auge em 1954, o preço do café despencou de forma abrupta. A causa desta descontinuidade decorre da reação do mercado americano frente ao aumento progressivo do preço do café, o que induz ao governo dos Estados Unidos a tomar providências contra a política de valorização do café levada a cabo pelo governo brasileiro.

Entre 1955 e 1957, os preços do café se estabilizam em torno dos 57 centavos de dólar por libra(Santos-4). O governo tenta sustentar o preço mantendo acordos com os outros países exportadores, estabelecendo quotas máximas de oferta ou, ainda, incorrendo em maiores despesas para custear o programa de retenção de café, tal como observamos no quadro 19. Estes fatos provocaram um estímulo à produção de café, dada a aparente estabilidade do preço.

No entanto, um aumento na oferta africana provoca uma queda ainda maior no preço internacional do café. Assim, em 1958, a safra brasileira foi de 26,8 milhões de sacas, das quais se exportam somente 17,7 milhões. No ano seguinte, a produção foi de 44 milhões, das quais 17,4 milhões são vendidas. No mesmo período, o preço internacional do café(Santos-4) experimenta uma queda de 48,81 cents por libra a 37,28, como podemos conferir no quadro

18.

No que diz respeito às fontes de financiamento do Plano de Metas, temos que a insuficiência de recursos financeiros obriga ao governo a procurar formas de captação de recursos estrangeiros.

A legislação favorável à entrada de capital estrangeiro surge no momento apropriado já que o processo de acumulação de capital a nível mundial experimenta profundas transformações estruturais derivadas do impeto da internacionalização das economias centrais. Tal fato descansa na difusão do padrão de desenvolvimento capitalista americano, baseado nos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis como carros-chefe do crescimento. A entrada de oligopólios americanos no continente europeu provoca a imediata expansão competitiva de capital europeu para a América Latina.

Observando o quadro 20, percebemos, que de 1956 a 1960,

\$565 milhões de dólares ingressaram no Brasil sob a forma de investimento direto. Destes, aproximadamente \$401 milhões o fizeram nas condições estabelecidas pela instrução 113 da SUMOC.

De outro lado, dos \$1.710 milhões de dólares de empréstimos obtidos nesse mesmo período, \$ 1.163 milhões foram subsidiados pelas condições ditadas na Lei 3244 de tarifas. Cabe destacar o papel do BNDES, que responde(ou dá seu aval) por 30% do total de entradas de capital externo sob a forma de crédito entre 1956 e 1960. Como Malan nota, esta forma de financiamento cobre 70% das importações de equipamentos e insumos preferenciais entre 1956 e 1960; sendo que, por sua vez, representa 25% do total das impor-

tações brasileiras no período indicado.

Tal como nos confirma o quadro 21, o estoque da dívida externa se eleva de \$2 bilhões de dolares em 1955 a \$2.7 bilhões em 1960. Um ponto que deve ser ressaltado, a partir do quadro 21, é o peso importante que o "suppliers credit" (crédito de fornecedores) tem nesta dívida. Este tipo de crédito é de fácil acesso, porém, de alto custo financeiro e de curta maturação. Portanto, resultando oneroso para a balança de pagamentos.

Para reverter estes desequilíbrios na balança de pagamento, o governo tenta melhorar a sua situação na conta capital, procurando obter crédito externo de instituições oficiais, já que estes recursos são de menor custo financeiro e com prazos maiores de maturação. Malan considera que a política de integração Panamericana visa este objetivo, ao pretender fomentar um plano de desenvolvimento latinoamericano no qual os Estados Unidos teriam um papel ativo no financiamento de vários projetos econômicos. No entanto, este esforço interrompe-se pelo atrito entre o governo e o FMI no período 58/59. Como já apontamos ao analisar a implementação do PEM, tal conflito decorre das "recomendações" do FMI para que o governo brasileiro tome medidas ainda mais restritivas como condição para liberar créditos oficiais.

II.3.4. POLITICA INDUSTRIAL

Verificamos no quadro 22 que houve um aumento sensível na formação bruta de capital a partir de 1956. Nesse ano, equivale

a 20,2% do PIB, maior que a percentagem do ano anterior, que chega a representar 18,4%. Este surto na formação bruta de capital atingirá seu auge em 1959, quando chega a representar 23,3% do PIB. Com base nos dados contidos no relatório do BNDE de 1957, do total do investimento requerido pelo Plano de Metas entre 1957 e 1960, 92,9% corresponde aos setores de energia, transporte e indústria de base.(39)

Os programas de energia se concentram consideravelmente nos projetos de eletrificação. Os projetos nesta área objetivam elevar a capacidade de geração de 5.000.000 de kw até 1960 e até 8.000.000 em 1965. Como podemos confirmar pelo quadro 23, os objetivos foram realizados de maneira plena.(40)

Para o setor de transportes destinam-se três programas. Primeiro, o programa ferroviário que prevê a construção de 2.600 quilômetros de vias. O investimento requerido entre 1958 e 1961, envolve a aquisição de 257 locomotivas a diesel, 6.420 novos vagões de carga, 640 mil toneladas de trilhos e 5 milhões de dormentes.(41)

Por outro lado, o programa rodoviário propõe construir 12.000 quilômetros de novas rodovias e pavimentar 5.000 quilômetros. Segundo C. Lessa, este programa teve os resultados mais brilhantes já que os objetivos são plenamente atingidos em 1957, e ampliados ainda mais em 1958.(42)

Por último, o programa marítimo e de portos compreendem a aquisição de 12 navios de 70.000 toneladas e 24 de 140.000 toneladas. Por sua vez, há um programa de reaparelhamento portuário. No entanto, como nota Lessa, o programa não resolve o problema

da escassez do transporte marítimo nacional, pois como podemos ver no quadro 24, ainda não é autosuficiente para desempenhar as suas tarefas.(43)

Outro setor importante é o da indústria de base, que engloba segmentos essenciais para a integração do parque industrial. Os ramos de maior destaque são a siderurgia e indústria de cimento. Segundo Lessa, em 1955 a capacidade de produção interna de aço supre 80% da demanda do mercado nacional, sendo esta capacidade o equivalente a 1.200.000 toneladas de aço bruto em lingotes. O Plano de Metas visa elevar esta produção a 2.300.000 t até 1960. Pelo quadro 25, confirma-se a realização dos objetivos.

De igual maneira, como aponta Lessa, a indústria de cimento teve resultados notáveis. Em 1955, a produção interna de cimento Portland supria 90% do mercado interno, alcançando 2,7 milhões de toneladas. O plano visa dobrar esta capacidade para 1960. O que de fato o quadro 26 nos confirma.

Os pesados investimentos públicos estimularam o setor da construção civil, favorecendo ao capital nacional, e criaram economias externas de escala que, ao lado de outros favores já indicados, atraíram o capital estrangeiro. O investimento direto logra dinamizar sobretudo o setor de bens de consumo duráveis. Dentro deste setor, o ramo de maior destaque é o automobilístico. Segundo o relatório do BNDE de 1958, nesse mesmo ano se produziram 60.000 veículos; 100% a mais do que se produziram em 1957.

Esta penetração induziu o crescimento de outros setores de apoio. Por exemplo, Lessa nota que o crescimento da indústria mecânica se deve em grande parte à elevação do número de fábricas

fornecedoras de peças de 700 em 1955 a 1.200 em 1960.

As altas taxas de investimento global, havendo considerado a dinâmica dos setores de maior destaque, remetem à participação ativa do setor público, diretamente como agente empresarial através do setor produtivo estatal ou através da coordenação das atividades do setor privado.

Como podemos observar pelos quadros 22 e 27, a participação relativa do governo no investimento global se acentua consideravelmente a partir de 1957, quando passa a representar 27,5% do investimento global, considerando que em 1956 representa 19,0% desse total. Esta relação não considera o setor produtivo estatal, que no mesmo período aumenta a sua participação em um 100%, passando de 3,0% em 1956 a 6,1% em 1957. Como já foi mencionado, isto se explica pela iniciação dos projetos indicados no Plano de Metas. Neste quadro, o setor produtivo estatal se insere na área de insumos industriais principalmente.

Tal tendência expansiva atinge seu auge em 1958, quando o governo chega a participar em 29% do investimento global. Em seguida, no ano seguinte, diminui a sua participação em 21,5% dessa soma, devido às implicações da adoção do PEM. Porém, no ano de 1960, a sua participação volta-se a elevar, atingindo 28% em decorrência do abandono do PEM e da mudança dos gestores do Ministério da Fazenda e do BNDE.

Apesar de que em termos relativos a participação do setor privado no investimento global diminui, vemos que em termos absolutos se eleva, particularmente em 1957. Ainda mais, no ano de 1959, quando o investimento global chega a seu auge, 23,8% do

PIB, vemos que o principal responsável foi o setor privado, participando de 69,6% do investimento global realizado nesse ano.

No entanto, no ano seguinte, 1960, o investimento privado começa a declinar consideravelmente. Coutinho e Reichstul apontam que isto ocorre por causa do aumento da capacidade ociosa, pelo sobredimensionamento do investimento anterior e pela aceleração inflacionária. (44)

A partir daí, como podemos observar nos quadros 22 e 27, se eleva ainda mais a participação do setor público no investimento global.

1.3.5. A POLITICA DO SETOR AGRICOLA

A partir do quadro 28, comparando os índices de crescimento industrial com os do setor agrícola, percebemos de imediato a defasagem deste último em alcançar altas taxas de crescimento. De 1947 a 1952, a taxa média de crescimento anual da produção industrial foi de 8,9% e, por sua vez, a da produção agrícola foi de 4,4%. No período 53/56, estas taxas foram de 8,6% e 4,5% respectivamente. Ainda mais, entre 1957 e 1961, a taxa média anual de crescimento foi de 12,7% e a da produção agrícola se manteve em 4,5%. Por outro lado, entre 1950 e 1960, o crescimento demográfico na área rural foi de 1,6% ao ano e na área urbana este índice oscilou em torno de 5,4% ao ano. Levando em consideração esta série de dados, W. Baer visualiza um problema de abastecimento urbano, devido a dois fatores. Em primeiro lugar, os diferen-

ciais da elasticidade-renda da demanda entre os setores rurais e urbanos se agudizam na medida que cresce o salário real médio urbano e, como consequência, o padrão de consumo (por exemplo aumenta a demanda por laticínios e carne a uma taxa maior que a produção destes, que, como vemos no quadro 28, diminui a sua taxa de crescimento consideravelmente).(45)

Em segundo lugar, Baer aponta o baixo nível de produtividade agrícola e a precariedade do sistema de distribuição dos gêneros alimentícios devido ao reduzido nível de investimentos na agricultura e à falta de infraestrutura para o armazenamento e transporte de alimentos. Respecto ao outro, estes problemas decorrem principalmente da negligência do governo em criar economias externas de escala para o setor produtivo agrícola .

Este diagnóstico é confirmado por C.Lessa, quem indica que as metas referentes à alimentação não visam a expansão imediata da produção agrícola, com exceção do trigo, cujo quantum produzido durante o período de execução do Plano de Metas não atinge a quota planejada pelo governo (em 1955 a produção é de 271 mil toneladas, em 1960 é 370 mil; não se atinge, portanto, as 1.500.000 toneladas programadas pelo governo).(46)

Dentre as outras metas para o setor agrícola, estão as destinadas a melhorar a distribuição de alimentos. Dentro destes esforços estão a ampliação da capacidade de abate, o aumento de armazéns, frigoríficos e silos. Como podemos ver pelos quadros 29 e 30, as metas não são plenamente atingidas.

Além disso, a elevação da fabricação de tratores e da produção de insumos químicos não foram suficientes para aumentar a

produtividade agrícola a um nível como para eliminar "os pontos de estrangulamento" causados pela falta de produtos alimentares.

III. O DESENVOLVIMENTISMO.

III.1. OS TÉCNICOS DESENVOLVIMENTISTAS E SUAS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL.

Em grande parte, a industrialização pesada foi possível pelas condições externas favoráveis. Isto é, após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos surgem como país hegemônico, consolidando sua situação através da montagem de um sistema econômico e político internacional no qual exerce o papel de principal potência Ocidental. No plano econômico, o capitalismo mundial experimenta um profundo processo de internacionalização, através da difusão do padrão de acumulação de capital norteamericano, baseado nos setores de bens de consumo duráveis e bens de capital como eixos dinâmicos. No plano político, exerce sua hegemonia instalando um ambicioso sistema militar global, justificado para preservar os sistemas políticos democráticos ameaçados pelo avanço de contrincomunistas. Portanto, no imediato pós-guerra temos dois processos: a internacionalização da economia mundial e, por sua vez, a polarização global devido à "guerra fria", decorrente do antagonismo de duas concepções ideológicas do mundo.

Como Lourdes Sola discute, as transformações na economia internacional colocam imposições técnicas e financeiras que, por

sua vez, de acordo ao modo como os agentes ligados á tomada de decisões econômicas nos círculos oficiais percebem tais mudanças, afeta o sentido da política econômica. Desta maneira, Sola (pg.105), utilizando o conceito de "técnicos" originalmente descrita por Helio Jaguaribe, pretende identificar os grupos relevantes estudando a visão de cada um sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil e sobre o modo de inserção do país no sistema econômico e político internacional. Nesse contexto, a autora coloca a inserção, o debate e as propostas dos técnicos desenvolvimentistas, divididos basicamente entre os nacionalistas e cosmopolitas, ligados à formulação e à execução do Plano de Metas. A partir desse enfoque, propomos descrever o projeto de cada grupo e, por ultimo, apontar os principais pontos de convergencia que acabam atingindo na formulação do Plano de Metas.(47)

O projeto nacionalista foi consolidado a partir da Assessoria Econômica do presidente Vargas em 1951 (os técnicos nacionalista que tinham maior peso na Assessoria são I. Rangel, C. Furtado, Jose Soares Pereira, Romulo de Almeida etc...), cujas propostas descansam na industrialização intensiva liderada por um setor público ampliado e racionalizado; tarefa que seria alcançada em base a dois eixos: primeiro, através de uma política de investimentos visando a integração do setor industrial e, em segundo lugar, mediante a eliminação dos pontos de estrangulamento da economia.

Lourdes Sola (pg.107) considera que esta visão converge com o diagnostico estruturalista da CEPAL elaborado no mesmo ano. Na visão da CEPAL, a industrialização devera aspirar ao crescimento

auto-sustentado como condição para superar o estrangulamento externo. Nessa concepção, a industrialização objetiva, por um lado, a consolidação do mercado interno como centro da dinâmica econômica e, por outro lado, visa o processo de formação de capital como modo de atingir a integração vertical como condição para que o setor industrial seja auto-suficiente.

Quanto ao papel do Estado na economia, a CEPAL defende tal intervenção em três níveis, de forma a cumprir com a (o):

- a. definição da orientação do desenvolvimento nacional a longo prazo, através do planejamento estatal;
- b. intermediação, mobilização e transferência de recursos internos e externos e;
- c. desempenho de funções empresariais em setores considerados estratégicos nos níveis político e econômico.

O pensamento da CEPAL não só supre a falta de conhecimentos técnicos a nível burocrático no Brasil, mas também complementa as aspirações dos empresários nacionalistas que se empenham em discutir basicamente a necessidade do Brasil de se inserir na ordem econômica internacional numa forma em que o capital internacional seja subordinado a "interesses nacionais". Segundo essa visão, o papel dinâmico deveria ser exercido pelo mercado interno e, por último, o Estado deveria intervir ativamente para promover a industrialização acelerada. Tais aspirações, em última instância, têm conotações políticas pois fazem parte de um processo que visa a internalização do centro de tomada de decisões econômicas

(Sola, pg. 108).

Além da Assessoria Econômica de Vargas, os técnicos nacionalistas atuam em outras entidades públicas: BNDE, SUMOC, Banco do Brasil e CNI. Todos convergem no chamado "Clube dos Economistas", que constitui um grupo informal que, entre outros aspectos, se empenha em imprimir uma escola de pensamento econômico, enfatizando seu enfoque particular quanto à política econômica. Neste sentido, Lourdes Sola (pg.117) cita Celso Furtado: " Neste sentido, o que existia no Brasil era um completo movimento político não institucional com tremenda influência. Nas grandes campanhas, aparecia na forma de uma escola de pensamento, de teses, mas não como um movimento baseado em partidos políticos" (tradução nossa).

Por sua vez, a autora percebe que os técnicos nacionalistas, sobretudo os Cepalinos, a diferencia de outros segmentos intelectuais (entre estes os técnicos cosmopolitas), visam estabelecer um desenvolvimento que contemple alguns mecanismos de redistribuição de renda.

"(...) o que os diferenciava de outros setores da elite intelectual (tal como o grupo ao redor do ISEB**) eles formularam parâmetros de "consistência científica" para a realização de um projeto de desenvolvimento no qual as "massas populares" seriam ativamente integradas como uma das principais beneficiadas (ao lado da "classe empresarial nacional")" (tradução nossa, Sola pg.120).

Um aspecto nesta relação, observado pela autora (Sola, pg.126), é que os técnicos logram o apoio dos empresários, mas só

quando se trata de utilizar a visão estruturalista como forma de evitar políticas restritivas do governo, como acontece entre 1958 e 1959, ao eles rejeitarem a implementação do PEM.

O projeto dos técnicos cosmopolitas nasce também em 1951, no grupo dos técnicos brasileiros pertencentes à CMBEU (Lucas Lopes, Roberto Campos, Ari Torres etc). A proposta de desenvolvimento econômico deste grupo descansa no crescimento acelerado a ser atingido com a cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos e, também, com a ajuda de um setor público com papel ativo no investimento em infraestrutura para criar economias externas de escala.

Posteriormente, ao se encerrar a CMBEU, cria-se em 1952 o BNDE, pela iniciativa dos técnicos cosmopolitas em articulação com empresários progressistas e políticos profissionais. A autora (Sola, pg. 91), nota que o BNDE, apesar de ter sido criado pelos técnicos cosmopolitas, foi um espaço de debate e conflito político entre os dois grupos de técnicos. Em especial, percebe que o Grupo de Estudos BNDE-CEPAL constitui o baluarte dos técnicos nacionalistas dentro dessa instituição financeira.

Em essência, os técnicos cosmopolitas, a diferença dos técnicos nacionalistas, propoem que o Brasil se insera na economia internacional, adotando uma política de exportações agressiva para, desta maneira, sobrepôr às dificuldades na balança de pagamentos. Consideram que o setor privado, doméstico ou internacional, deve ter o papel ativo, mas, a diferença dos neoliberais ortodoxos, reconhecem a necessidade da intervenção do Estado para promover o desenvolvimento associado. Para eles, o papel do Es-

tado na industrialização deve-se dar pela(s):

- a. políticas de estímulos ao investimento privado, tanto estrangeiro como nacional;
- b. atuação empresarial do Estado nas áreas onde o setor privado não pode atuar devido ao alto risco ou/e volume de investimento e;
- c. reformas institucionais para a mobilização de recursos para financiar o investimento privado.

Segundo Maria Alejandra Caporale Madi (pg.11-27), um dos principais expoentes dos técnicos desenvolvimentistas, Roberto Campos, concebe o Estado como se fosse um agente neutro e racional, no sentido que deve visar a alocação ótima de recursos escassos em base a critérios maximizadores, cujo papel deve enfatizar o equilíbrio macroeconômico através da regulação e correção dos mecanismos de mercado. (48)

Os técnicos cosmopolitas, apesar de algumas diferenças, tem alguns pontos em comum com os neoliberais ortodoxos. Neste sentido, eles defendem a estabilidade monetária e fiscal resultante de uma melhora na capacidade de arrecadação do Estado, aumentando, assim, o nível de poupança necessário para o investimento e, portanto, superando uma das principais barreiras ao crescimento. Por este lado é que os cosmopolitas tem certa afinidade com o FMI, não só isso, senão que aceitam, a diferença da visão estruturalista dos técnicos nacionalistas, o diagnóstico monetarista em relação à inflação. Por último, devido a que eles consideram que

a política econômica é neutra, ignoram fatores tais como as diferenças sociais e, portanto, distorções tais como a concentração de renda.

Como podemos constatar, existe certa convergência entre os técnicos cosmopolitas e os técnicos nacionalistas, sobretudo no que respeita à necessidade de ampliar as funções de Estado de modo a se implementar a industrialização. E, embora as diferenças entre os dois, trabalharam em conjunto na formulação e na execução do Plano de Metas. Tal possibilidade decorre de dois aspectos relevantes. Em primeiro lugar, os técnicos são reunidos no esquema conciliatório de JK, cujo discurso coloca temas tais como a industrialização e o planejamento como formas de legitimação política. Em segundo lugar, ambos são mobilizados a coordenar e operar as agências de programação (tais como os Grupos Executivos), as estatais, o BNDE ou seja, a chamada "estrutura administrativa paralela" que, em última instância é concebida a partir da especialização técnica realizada nos trabalhos anteriores dos técnicos desenvolvimentistas. Isto provém, de um lado, da experiência de trabalho da CMBEU em 1951 e, de outro lado, dos trabalhos do Grupo de Estudo BNDE-CEPAL a partir de 1955..

III.2. DESENVOLVIMENTISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO.

O desenvolvimentismo, como poderemos constatar, têm um duplo caráter. De um lado, é um discurso populista no sentido que con-

templa a incorporação das classes populares no processo político e, de outro lado, é um discurso nacionalista no sentido de apelar à sociedade, no seu conjunto, a superar qualquer obstáculo de modo a progredir para o desenvolvimento industrial e urbano. Como discurso ideológico, contempla manter o Brasil dentro da ordem capitalista internacional, sendo eminentemente anti-comunista e de orientação democrática, no qual uma determinada fração da sociedade assume o papel hegemônico.

O fator de mobilização do desenvolvimentismo, como nota Miriam Limoeiro, é constituído pela perspectiva de um futuro promissor para o Brasil, sendo assim, o desenvolvimento proveitoso para a nação no seu conjunto. Desse modo, apela à contribuição de toda a sociedade, superando as diferenças de classe. De fato, o apelo ideológico é dirigido principalmente às massas populares, já que a atração destas é baseado num conceito abstrato: a de um futuro promissor de bem-estar social e material. A diferença, certos setores industriais específicos, foram mobilizados, de forma concreta, através das vantagens oferecidas pela política econômica. Neste respeito, Miriam Limoeiro (pg. 189) diz: "(...) a mensagem transmitida é que o desenvolvimento será proveitoso para todos, mas que, também, todos devem contribuir para que ele seja atingido o mais depressa possível. Na verdade, o processo, da sua aceleração pretendida, pesara mais sobre os ombros da grande massa consumidora, da parcela da população que vive de rendimentos fixos. Os setores produtores emergentes ou os que se enquadram nas metas governamentais começou desde logo a ser beneficiado, e continuaram a se-lo com o prosseguimento do processo.

Não é, pois, a eles que se dirige o apelo da ideologia. Se algum apelo é a eles dirigido não parte da ideologia no seu nível abstrato, mas da ação concreta que ela informa, ou seja, da política econômica, que os mobiliza num sentido diferente, qual seja de que vale a pena investir, principalmente em aqueles setores considerados prioritários, pois neles são maiores as vantagens oferecidas, porquanto correspondem a áreas-chaves para a economia global. A ideologia procura a adesão, assim, dos demais setores, convencendo-os de que também serão beneficiados ou melhor, não distinguindo setores, grupos ou classes, ela pensa a nação, o país e identifica o benefício nacional como benefício do seu povo*.

Desse modo, o desenvolvimentismo é um discurso que não diferencia as classes sociais, senão, as aglutina num todo coletivo. Pretende, portanto, harmonizar o trabalho e o capital de modo a eliminar os conflitos sociais, atingindo dessa forma, a colaboração de classes. Nas palavras de JK (Limoeiro,pg.204), o seu governo têm "(...)dois objetivos: (1) a utilização das nossas riquezas para a emancipação econômica do Brasil; (2) a dignidade de tratamento e de condições de vida para os trabalhadores brasileiros. E isto significa a harmonia entre capital e trabalho. Para o capital, desejo a expansão que cria desenvolvimento e a produtividade. Para o trabalho, exigo a justiça que cria a dignidade da pessoa humana e a valorização social dos operários*.

Para compreender o duplo caráter do desenvolvimentismo devemos compreender os seus elementos constitutivos, traçar suas características históricas e, finalmente, encontrar o sentido destes

no discurso de JK.(49)

Ao se referir ao populismo na política brasileira, Francisco Weffort destaca 1930 como ano relevante para a compreensão do processo político e social nacional. Constitui um ponto de inflexão histórica, pois a partir deste ano começa a liquidação da hegemonia dos setores cafeeiros (o capital mercantil e financeiro) e, como resultado do deslocamento do eixo dinâmico ao mercado interno, começa a participação efetiva na política nacional das massas populares e dos empresários ligados ao processo de urbanização e desenvolvimento industrial.(50)

A partir de 1930, forma-se o Estado Novo, de caráter ditatorial e corporativo, que visa, eminentemente, à consolidação e definição do Estado e da soberania nacional, através do fenômeno do nacionalismo, que emerge diretamente do Estado como instrumento estratégico que pretende enfrentar as tarefas do desenvolvimento industrial e urbano (Weffort, pg. 40). Após 1945, nota o autor, com a institucionalização da democracia constitucional, abre-se o caminho para o surgimento de outro fenômeno- o populismo. O populismo, expressa, segundo Weffort, a ascensão das classes populares, constituídas pelos operários urbanos e a classe média, na participação da política nacional.

Dado que não existe nenhuma fração das classes dominantes capaz de ter uma base própria para se sustentar e se legitimizar no Estado, as "massas populares" passam a ser a única força política capaz de lhe dar sustentação e legitimação. Isto decorre da incapacidade das classes populares em ter plena consciência da sua condição de classe e, portanto, a tendência em aderir a prom

jetos que, expressando interesses de outras classes, se apresentam como "projetos nacionais" (Weffort, pg.29). A relação entre as classes dominantes e as classes populares será intermediada pela figura do líder populista na sua condição de chefe de Estado, que, num complexo sistema de alianças, deve manter um jogo constante de concessões, tentando satisfazer as aspirações setoriais como modo de sustentar a coesão social que legitima o governo.

A respeito, Francisco Weffort (pg. 62-63) indica que: "O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através do qual os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através da qual esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado." Ainda mais, agrega (Weffort, pg.68-70) que: "O chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso, que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro- as massas populares urbanas- e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado".

No entanto, Weffort percebe que ainda após 1930, o setor exportador e financeiro têm considerável capacidade para se sustentar dentro da estrutura de poder. Nem os industriais são o suficientemente autônomos como para quebrar com o setor exportador (já que ainda por um período o setor exportador determinou a

capacidade produtiva do setor industrial, definindo a importação de equipamentos, e a variação do consumo interno, determinando o nível de emprego). De fato, a superação definitiva da crise do setor exportador, só é possível, a partir de 1950, com os passos decisivos tomados em direção à industrialização pesada.

Segundo Miriam Limoeiro, no seu trabalho sobre ideologia e desenvolvimento, JK utiliza a ideologia do desenvolvimentismo como forma de legitimar o seu governo. No seu discurso, o desenvolvimento é uma forma de superar o estado de atraso, dado como a pobreza presente. Isto se dá através da industrialização que permite o aumento da riqueza material de modo a beneficiar a sociedade inteira (Limoeiro,pg. 77-78). A meta do desenvolvimentismo seria, portanto, o progresso e o bem-estar.

É uma visão, segundo a autora, que dirige a sua atenção à resolução dos problemas econômicos, e a partir daí, poder-se-ia superar qualquer outro desafio nacional. Entre eles, fortalecer-se-ia a democracia, eliminando-se a pobreza e portanto qualquer infiltração de ideologias subversivas à ordem capitalista, democrática Ocidental. Como resultado, a prosperidade econômica e a democracia seriam sustentáculos da soberania nacional, identificando, aqui, um caráter nacionalista, abertamente anti-comunista, que pretende integrar a nação à ordem internacional dentro de uma concepção Ocidental (Limoeiro,pg.208). Portanto, em troca de apoio político, o Brasil receberia das potências centrais assistência material e financeira, sendo que a política panamericanista foi o principal meio de persuasão utilizado por JK para atrair

recursos estrangeiros. A política panamericanista visa, nesse sentido, apelando à unidade continental, a implementação, por parte dos Estados Unidos, de um plano massivo de ajuda técnica e financeira para a América Latina. Por sua vez, esta ajuda externa era indispensável, segundo JK, para conseguir o impulso inicial para posteriormente atingir a auto-suficiência no desenvolvimento econômico (Limoeiro,pg.83). Em resumo, Limoeiro nota que a lógica do discurso de JK parte da necessidade do desenvolvimento econômico como forma de atingir a estabilidade democrática que, por sua vez, garante a soberania nacional.

A autora (Limoeiro,pg.103-104) aponta que o discurso desenvolvimentista pretende basicamente a transformação econômica, sem contemplar alguma mudança na ordem institucional estabelecida. Por exemplo, JK trata da pobreza como um dado da realidade, produto do arcaísmo da economia tradicional exportadora. Não aponta as relações sociais e as desigualdades provocadas pela estrutura capitalista como elementos que expliquem a pobreza. Neste sentido, ao se dirigir aos trabalhadores, enfatiza que o desenvolvimento é um meio para atingir um futuro de riqueza e bem-estar. Em outras palavras, coloca-se que a condição para melhorar a distribuição material da riqueza social implica, de antemão, o aumento da riqueza social em si. Nas palavras de JK (Limoeiro, pg.192) a saída é: "(...) multiplicar os bens coletivos como única forma de possibilitar a distribuição equitativa deles, pois somente em havendo se pode distribuir".

Em resumo, Limoeiro aponta que o núcleo do discurso de JK é a manutenção da ordem como requisito para o desenvolvimento. Em

outras palavras, se a miseria material determina a subversão, o único modo de erradicá-la é estabelecendo a segurança nacional através do processo de desenvolvimento econômico capaz de multiplicar a riqueza nacional. Por sua vez, atingir o desenvolvimento e manter a segurança interna do país significa cooperar a manter a ordem política global (democracia).

O processo de desenvolvimento é função do investimento e da entrada de capitais, cujo nível depende da confiança dos empresários, nacionais ou estrangeiros, que, de outro lado, é função da estabilidade da ordem pública. Logo, conclui-se que é necessário combater a pobreza e seu resultado, a subversão, através da manutenção da ordem política global (democracia) e o desenvolvimento econômico.

Portanto, a saída é a industrialização intensiva de modo a preservar a ordem política global, contribuindo com o Ocidente na luta contra o comunismo.

III.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS E O DESENVOLVIMENTISMO.

A mobilização social em torno ao desenvolvimentismo implica, como já apontamos, a colaboração de classes, em especial dos setores populares e dos setores industriais. No entanto, a mobilização articulada por JK é ainda mais abrangente, no sentido que procura evitar qualquer enfrentamento com os setores que representam os interesses dos cafeeicultores exportadores, do capital mercantil e do capital financeiro nacional, já que estes estão

fortemente instalados no poder legislativo.

Nestas condições, nota Lourdes Sola, o aparelhamento e a disciplina fiscal do Estado resulta uma tarefa complicada devido que a tentativa de implantar reformas; sobretudo nas áreas fiscal, financeira e administrativa; sempre encontra fortes obstáculos destes grupos representados no congresso. Tais reformas facilitarão não só a obtenção de recursos internos num volume maior, mas facilitarão o acesso ao crédito internacional de forma parcial, através da melhoria de relações com o FMI, quando o setor público apresentasse uma situação fiscal e financeira mais estável. Além disso, permitirão uma atenuação nas pressões da balança de pagamentos. De fato, o Plano de Metas se realiza pela "estrutura administrativa paralela", que, diretamente subordinada ao executivo e autônoma em relação ao legislativo, executa e coordena através do BNDE, das estatais e das distintas agências de programação. Desse modo, para imprimir as elevadas taxas de crescimento visadas, dado o compromisso de desenvolvimento acelerado- condição para manter a colaboração de classes-, precisou-se incorrer em déficits fiscais, desequilíbrios na balança de pagamentos e inflação para se poder bancar com os vultuosos recursos requeridos pela industrialização pesada.(126-185)

Como Lourdes Sola (pg.157-185) nota, a partir de 1958 começaram a surgir as primeiras sinais de crise ao diminuir os ganhos de exportação ainda mais, ao crescer o déficit fiscal, ao se acelerar a inflação e ao se experimentar pressões externas, sobretudo do FMI, que insiste em que o governo tome medidas rigorosas para reverter o quadro vigente. De imediato o governo acota o

Programa de Estabilização Monetária (PEM). Os formuladores do PEM foram Roberto Campos e Lucas Lopes, que fazem parte dos técnicos cosmopolitas e ajudaram a arquitetar o Plano de Metas, consideraram essencial a eliminação destes desequilíbrios, sobretudo a inflação, para prosseguir com o desenvolvimento econômico. Roberto Campos (W.Baer, Pg.110) aponta que a inflação desloca os gastos em setores produtivos pesados para outros pois "(...) tende a desestimular investimentos em itens de infraestrutura caracterizados por preços rígidos, como energia, transportes e comunicações, deslocando a propensão a investir para setores dotados de flexibilidade de preços e de rentabilidade imediata. Ela gera também uma desproporção no desenvolvimento industrial, pois as indústrias de bens de capital, que requerem longo período de maturação, passam a ter rentabilidade relativamente menor do que a indústria leve. Esses desequilíbrios induzidos pela inflação tendem a amortecer ou mesmo sufocar a taxa de crescimento."

A equipe econômica diagnóstica que a principal fonte inflacionária, como já foi indicado, é a expansão da base monetária para financiar o déficit do governo associado à política expansionista. Daí propõem uma série de medidas de corte ortodoxo, tais como: manter um orçamento equilibrado aumentando a carga tributária e racionalizando o uso de recursos estatais, limitando os subsídios e o crédito do setor público; manter uma oferta monetária rígida cuja taxa de expansão acompanhe à taxa de crescimento do produto real; impor restrições ao salário e; estabilizar o câmbio numa taxa fixa. Assim, o programa pretende manter o mesmo padrão de acumulação baseado no desenvolvimento associado,

mas, limitando o gasto público, apontado por eles como a principal fonte dos desequilíbrios.

Como pode-se perceber, o PEM visa promover um corte profundo na demanda agregada, reduzindo, desta maneira, as elevadas taxas de crescimento e ferindo os interesses de todas as classes beneficiadas pela dinâmica do crescimento. Tanto dentro como fora do congresso, os variados interesses se articulam para se contrapor ao programa de Lopes e Campos. O PTB, representando as classes populares, protesta contra as restrições salariais, passando a exigir a elevação dos salários do funcionalismo público. Pelo lado dos setores empresariais, há uma protesta imediata por causa da restrição do crédito e dos subsídios e, pelas modificações na carga tributária. Em seguida, os empresários lançam uma campanha contra a estatização, apontando ao Estado como concentrador de recursos, barrando assim ao setor privado de um maior acesso a fontes de crédito. A autora (Sola, Pg.179) percebe que tais críticas foram feitas sem levar em conta que o setor público, para executar o Plano de Metas, não possui outras fontes de financiamento pela impossibilidade de implementar uma reforma tributária e fiscal. Ainda mais, os técnicos ligados à CNI passam a defender abertamente a inflação como mecanismo para expandir a taxa de investimentos através da transferência de recursos dos assalariados e outros segmentos que recebem rendas fixas para os setores produtivos que sejam formadores de preços. Eles consideram este caminho viável pois afirmam que os assalariados não tem poder de barganha, permitindo, desse modo, o prolongamento da inflação como mecanismo de "poupança forçada" por tempo indeterminado.

nado.

Concluindo, o congresso, que ao início do período do Plano de Metas teve pouca influência no processo de decisão da política econômica, em 1952 teve condições para acabar minando a ação de estabilização promovida pelo PEM. Isto se dá pela incompatibilidade do programa com as expectativas salariais das classes trabalhadoras, articuladas na coalizão PTB-PSD e, por sua vez, a força dos lobbies do setor privado que impedem a reestruturação tributária e fiscal. Enfim, como Lourdes Sola aponta (pg.185), o liberalismo ortodoxo econômico, que prega a disciplina do equilíbrio fiscal e monetário, muitas vezes advogado pelos setores empresariais, é dispensado para defender o "síndrome intervencionista" do Estado para direccionar a política econômica no sentido de distribuir os recursos reais em favor deles.

Portanto, em 1952 o governo encerra o PEM e interrompe as suas relações com o FMI já que as propostas de ambos são incompatíveis com o Plano de Metas e, nesse caso, incompatíveis com o Desenvolvimentismo. Neste respeito, L. Sola (pg.191) diz que "(...) o comportamento inflacionário do governo e seu endividamento crescente foram o preço pago pelas autoridades brasileiras para prosseguir com a industrialização dentro da estrutura democrática, num sistema político regulado pelo parâmetro de colaboração de classes (tradução nossa)".

Portanto, concluímos, à maneira de Miriam Limoeiro (pg. 183-184) que o Plano de Metas constitui uma forma concreta de realizar o projeto desenvolvimentista, que visa uma inovação na área econômica ao impulsionar os setores industriais dentro de um

esquema no qual o Estado têm o papel ativo, articulado com o capital nacional e o capital internacional. Não só implica a instalação de forças produtivas especificamente capitalistas, transformando o padrão de acumulação, mas resulta na fixação das bases materiais que elevara aos setores ligados ao capital industrial à posição de liderança econômica e política. Percebemos claramente como este segmento legitima seu projeto expressando-o como "projeto nacional" através do Estado, de forma concreta por meio da adoção de uma política ativa de desenvolvimento, que garante uma série de favores ao capital industrial: criando economias externas de escala, subsidiando gastos produtivos, canalizando recursos financeiros e levantando alicerces para a associação dos distintos setores. (52)

Considerações Finais.

Antes de entrar no nosso problema inicial, consideramos interessante discutir o alcance dos ensaios de Kalecki sobre as economias em vias de desenvolvimento. No nosso entender, a dinâmica do desenvolvimento formulada por Kalecki condiciona o padrão de desenvolvimento econômico à existência e resolução de desequilíbrios intersetoriais decorrentes da rigidez de determinados setores. A construção da capacidade produtiva pode não se dar a um ritmo suficiente como para promover uma transformação qualitativa da estrutura econômica. Kalecki não discute os efeitos dinâmicos da introdução de setores de tecnologia intensiva e com economias crescentes de escala, setores que, se introduzidos de golpe numa economia primária exportadora criam violentas transformações estruturais, e conseqüentemente, transformações na própria dinâmica econômica. O que Kalecki coloca claramente é, como mencionamos no primeiro capítulo, que um aumento abrupto na taxa de investimentos pode criar desequilíbrios em virtude da rigidez de determinadas relações intersetoriais, causando efeitos regressivos sobre a distribuição da renda. É possível que para ele a introdução de setores de ponta esteja implícito, assim, podemos pensar que o desenvolvimento acelerado coincide com o conceito de industrialização pesada. Neste sentido, propomos complementar os ensaios de Kalecki com o conceito de industrialização tardia de João Manuel Cardoso de Mello e de Maria Conceição Tavares. Isto porque estes dois autores entendem o processo de industrialização como processo capitalista; partem do movimento de acumulação in-

terna de capital) ressaltam a sua especificidade histórica (por ser levada adiante por economias com passado colonial na fase monopolista do capitalismo mundial) que implica, segundo Cardoso de Mello, a participação do Estado para criar as condições estruturais para responder às descontinuidades tecnológicas e financeiras e; destacam as transformações qualitativas da estrutura econômica nesse processo. Dessa maneira, entendemos que, já que o Estado nacional das economias periféricas possui um raio de manobra limitado devido à pouca diversificação de instrumentos de política e planejamento econômico, é difícil planejar a estabilidade intersetorial para enfrentar o impacto violento decorrente da introdução de setores industriais altamente dinâmicos.

Por isso enfatizamos a necessidade de compreender o conceito de industrialização dentro do contexto de Conceição Tavares e de Cardoso de Mello. Para eles a industrialização significa a implantação de forças produtivas especificamente capitalistas capazes de reproduzir o conjunto intersetorial da estrutura econômica de forma endógena. Em pleno século XX, isto implica na introdução de um bloco de investimentos complementares, "à la Schumpeter", estabelecendo o departamento de bens de produção (D1) e o departamento de bens de consumo duráveis (D2) no conjunto da estrutura produtiva. O salto tecnológico e a violenta elevação da capacidade produtiva transforma radicalmente a dinâmica econômica, resultando na consolidação do domínio do capital industrial sobre o processo de acumulação de capital. Isto porque as decisões de gasto em investimento e consumo dos capitalistas nos setores indicados passam a determinar a flutuação cíclica dos agregados ma-

croeconômicos, não só determinando os lucros e salários nos seus próprios setores, mas condicionando o nível de atividade no departamento de bens de consumo assalariado, já que os lucros neste setor dependem do gasto em consumo dos trabalhadores do D1 e D2.

O nosso objetivo, nestes comentários finais, é responder ao nosso principal problema, ou seja, quais são as dificuldades de formular e executar um plano de desenvolvimento econômico de caráter distributivista na América Latina. Devemos esclarecer que não tentamos obter conclusões genéricas devido à peculiaridade que cada processo de desenvolvimento econômico implica. Porém, esperamos que o trabalho aponte elementos que possam ser utilizados no estudo de outros processos de desenvolvimento econômico.

Dos dois capítulos desta monografia podemos obter duas importantes conclusões no exame das relações entre o Estado e o desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, é fundamental recorrer ao planejamento estatal para implementar a industrialização, isto porque deve-se fixar prioridades, organizar um calendário de desembolso de investimentos, definir as relações entre o Estado e o setor privado e, enfim, um conjunto de outros esforços que só podem ser desempenhados pela capacidade organizativa, coordenadora e coercitiva do Estado nacional. Outro aspecto fundamental é que o planejamento prospectivo pode criar condições estruturais que podem diminuir o grau de incerteza empresarial, criando um estado de convenção de projeção temporal ampliada, o que favoreceria as decisões de investimento. Em segundo lugar, o desenvolvimento econômico pode levar a um padrão de distribuição de ren-

da concentrador se o crescimento for acelerado, assim, impõe-se a necessidade de adotar medidas de política econômica adicionais que visem a resolução de pontos de estrangulamento que geram desequilíbrios estruturais e financeiros.

Quanto ao nosso problema inicial, concluímos que decorrem das limitações impostas por fatores institucionais historicamente determinados. Isto pode ser confirmado pela análise do caso concreto que escolhimos. À luz da leitura de Kalecki, consideramos que a industrialização brasileira pode ser classificada como um processo de desenvolvimento acelerado com serios desequilíbrios inflacionários que concentram a renda em favor dos capitalistas. A existência de tais desequilíbrios resulta das dificuldades em superar uma série de obstáculos por meio de reformas de longo alcance como consequência das limitações colocadas por um conjunto de fatores institucionais, que podem ser estudados em dois níveis. Antes de indicar os obstáculos, porém, consideramos importante apontar quais foram os avanços do Estado brasileiro em aumentar seu raio de manobra instrumental. Isto é fundamental para entender a capacidade operativa do Estado nacional.

A partir de 1930, ao se ter a inflexão definitiva que apala a hegemonia do capital cafeeiro, propiciando, assim, dificuldades à reprodução ampliada das relações de produção especificamente capitalistas, o Estado nacional é condicionado a mudar a sua forma de intervenção na economia. Num primeiro momento, intervém de modo a evitar uma queda ainda maior no nível de atividade, isto é visível na manutenção dos programas de valorização e estocagem de café. Num segundo momento, intervém de modo a promover o desen-

volvimento das atividades ligadas ao mercado interno, atuando de maneira intencional através de políticas que protegem e estimulam a indústria nacional. Esta intencionalidade se constrói na medida em que o Estado fixa prioridades e forja novos instrumentos de intervenção, processo que se acelera particularmente a partir do início dos anos 50, durante o segundo governo Vargas, ao se reforçar os esforços estatais na construção de infraestrutura e no estímulo aos setores industriais pesados para a resolução dos pontos de estrangulamento vigentes na economia brasileira. De forma definitiva, a industrialização pesada se dá pela execução do Plano de Metas durante o governo de Juscelino Kubitzchek a partir de 1956. Este plano representa, de certa forma, a concatenação de toda a experiência técnica e administrativa do Estado formada a partir de 1930, mobilizando todos (e criando novos) os instrumentos forjados nesses anos. Assim, o governo formula os objetivos, aponta as prioridades, instrumentaliza a sua presença em determinados setores, é intermediador do crédito externo, e constrói os alicerces de associação com o capital estrangeiro, definindo as bases de convivência entre o Estado e o capital privado de modo a superar as limitações técnicas e financeiras que eram obstáculos para a industrialização pesada. De um lado, o Estado cria condições de financiamento e economias externas de escala, pela construção de capacidade produtiva em serviços básicos e insumos industriais bem a frente da demanda corrente, que favorecem ao setor privado. De outro lado, o setor privado produtivo internacional com grande capacidade de financiamento e que possui o monopólio de tecnologias avançadas, se instala nos seto-

res produtivos de bens de consumo duráveis pesado e de bens de capital seriados, setores cuja dinâmica de concorrência se caracteriza por escalas produtivas de grande porte (para antecipar a demanda futura) e por inovações tecnológicas contínuas (de modo a manter um padrão de diferenciação que garanta a manutenção e aquisição de mercados cativos). E, por último, o setor privado nacional se insere de forma concentrada no setor de construção civil e outros setores complementares a aqueles que surgem pela dinâmica intersetorial associada ao avanço do setor estatal ou do setor privado transnacional.

Portanto, retomando a discussão da complexidade das limitações institucionais, os obstáculos ao desenvolvimento distributivo no Brasil podem ser estudadas em dois níveis. Num primeiro nível de análise, quanto a instância da tomada de decisões econômicas a nível executivo, os agentes encarregados da formulação e da execução do Plano de Metas e da política econômica, não só aqueles pertencentes aos órgãos formais, tais como o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil, mas aqueles pertencentes à chamada "estrutura paralela administrativa", dão tratamento prioritário ao conjunto de medidas que visam a construção de infraestrutura e a integração vertical da matriz produtiva industrial, relegando a segundo plano o conjunto de medidas que concernem à estabilidade de preços, à saúde fiscal do Estado e à manutenção e elevação da renda real dos trabalhadores. Esta despreocupação aparente tem as suas raízes tanto na visão de mundo dos técnicos participantes do processo decisório como as pressões políticas presentes naquele momento (este último aspecto abordaremos mais

adiante). Quanto à análise da visão de mundo desses técnicos, devemos rever a própria relação entre os técnicos desenvolvimentistas. Embora ambos os grupos pertencentes aos técnicos desenvolvimentistas, ou seja os técnicos cosmopolitas e os técnicos nacionalistas, convergem quanto à necessidade de uma atuação ampliada do setor público, percebemos que, ao se implementar o Plano de Metas, houve certa predominância da visão dos cosmopolitas.

Isto porque até 1959 há claras tentativas do governo de articular o desenvolvimento econômico sob a cooperação intensiva dos Estados Unidos, sendo esta a intenção principal da política panamericana promovida pelo presidente Juscelino Kubitzchek. Essa predominância também é confirmada pelos esforços de estabilização para conseguir o aval do FMI, comandados por Lucas Lopes e Roberto Campos a partir de 1958, baseados num diagnóstico ortodoxo que contempla a compressão da demanda agregada através de uma política monetária e fiscal restritiva que entre outros aspectos visa controlar o salario nominal dos trabalhadores e diminuir o deficit publico. No entanto, vimos que a politica panamericana e os esforços de estabilização fracassam por serem incompatíveis com as expectativas de crescimento econômico criadas pela plataforma política de Juscelino Kubitzchek. Apesar dessa incompatibilidade, vemos o predomínio que a visão cosmopolita tem, ao ter se priorizado a industrialização com a presença forte do capital estrangeira. Assim, os alicerces criados pelo governo incorporam um setor privado internacional de peso relevante que atuara, junto ao Estado, como propulsor do desenvolvimento econômico.

No segundo nível, destacamos que o pacto social em torno do desenvolvimentismo determina uma série de limitações à possibilidade de promover reformas institucionais. Como observamos, no segundo capítulo, o desenvolvimentismo, como ideologia, tem um caráter conservador pois defende as transformações económicas, para elevar a riqueza nacional, dentro da ordem capitalista estabelecida a nível mundial. Ao visar a legitimação do governo Kurbitschek, o pacto populista envolve um conjunto de alianças costuradas em torno de um projeto de apelo nacional e populista. Assim, devido à importância das massas populares no sistema eleitoral, o discurso ganha a adesão destas por meio do apelo abstrato, visualizando um futuro promissor pela criação de riqueza que o desenvolvimento económico implicaria. O apoio dos setores empresariais é conseguido pela ação definida da política económica a favor das atividades industriais e do crescimento acelerado da economia, garantindo resultados concretos que beneficiam a acumulação privada. Por sua vez, para que o governo possa levar seu projeto adiante, considera-se fundamental manter o equilíbrio político dentro do poder legislativo, o que implica que a aliança populista deve implicitamente englobar os setores conservadores fortemente representados no congresso. Dado que tal aliança se tece por meio de concessões, a tentativa de implementar reformas institucionais se pode deparar com as reações de setores sociais menos progressistas que também estão contemplados na aliança, ameaçando, assim, a coesão desta.

Deste modo, se adia a discussão da reforma agrária e, dessa forma, os problemas de suprimento de alimentos não são resolvidos

Ja que a produção de alimentos cresce a uma taxa menor que a demanda, em especial se consideramos a elevação do emprego e da migração do campo para as zonas urbanas. Devido ao alto grau de monopólio dos setores oligopolizados, estes desequilíbrios na agricultura rebatem negativamente, em ultima instância, sobre os assalariados, dado que os oligopolios defendem seus "mark ups". Igualmente, torna-se impossivel melhorar a situação fiscal do governo ja que há sérias resistências para a implementação de reformas tributárias e administrativas que permitam um aumento na arrecadação pública. Assim, a falta de recursos tributários co governo o obrigam a financiar seus gastos por meio da emissão de moeda e do endividamento externo para canalizar recursos para o setor privado nacional. Este conjunto de problemas associam-se aos desequilíbrios financeiros e estruturais que se apresentam ao longo da execução do Plano de Metas.

Finalizamos este trabalho esperando ter estabelecido algumas relações entre o Estado e o desenvolvimento econômico que possam ser de ajuda para a compreensão de outros casos de desenvolvimento na America Latina. Esperamos ter demonstrado que a industrialização nao é uma "panacéia" só envolvendo a simples adição do estoque de capital, implica em profundas transformações estruturais o que impoe a necessidade da definição de um projeto nacional. Confirmada a complexidade deste processo, é possivel analisar outros casos de desenvolvimento econômico dando ênfase aos seguintes aspectos: a participação do Estado e seus efeitos na estrutura produtiva; os desequilíbrios financeiros associados a desequilíbrios estruturais e, finalmente; as medidas de política

econômica que podem reverter o perfil de concentração de renda e seus determinantes políticos. Por sua vez, também esperamos ter satisfeito a curiosidade daqueles que se perguntavam sobre quais eram as obras de Kalecki a respeito da dinâmica de economias que apresentassem uma estrutura subdesenvolvida, depois de ter tido contato com os trabalhos dele sobre a dinâmica das economias capitalistas maduras. Por último, torcemos para que se solidifiquem as instituições democráticas na América Latina de modo a que sejam mais representativas e encaminhem projetos que visem seriamente enfrentar o quadro de pobreza e exclusão social, o que exige a redefinição de um "projeto nacional" que coloque claramente qual vai ser o papel desempenhado pelo Estado e pelo setor privado..

econômica que podem reverter o perfil de concentração de renda e seus determinantes políticos. Por sua vez, também esperamos ter satisfeito a curiosidade daqueles que se perguntavam sobre quais eram as obras de Kalecki a respeito da dinâmica de economias que apresentassem uma estrutura subdesenvolvida, depois de ter tido contato com os trabalhos dele sobre a dinâmica das economias capitalistas maduras. Por último, torcemos para que se solidifiquem as instituições democráticas na América Latina de modo a que sejam mais representativas e encaminhem projetos que visem seriamente enfrentar o quadro de pobreza e exclusão social, o que exige a redefinição de um "projeto nacional" que coloque claramente qual vai ser o papel desempenhado pelo Estado e pelo setor privado..

Quadro 1

Brasil- dispêndio do setor público (% do PIB)

Ano	Despesa de custeio	Formação bruta de capital
1947	10,7	2,7
1948	11,7	3,0
1949	12,6	4,4
1950	12,7	4,7
1951	12,5	4,0
1952	12,9	4,2
1953	15,2	3,8
1954	13,6	4,0
1955	13,6	3,4
1956	14,7	3,3
1957	14,5	4,2
1958	13,8	5,6
1959	13,6	5,2
1960	14,2	5,7

Fonte: W. Baer pg.71.

Quadro 2

Brasil- Participação dos setores público e privado na formação bruta de capital

ano	setor público	empresas mistas	setor privado	total
1947	15,8%	-	84,2%	100%
1948	23,3%	-	76,7%	100%
1949	29,4%	-	70,6%	100%
1950	35,5%	-	64,9%	100%
1951	25,8%	-	75,0%	100%
1952	26,0%	-	73,2%	100%
1953	29,4%	-	70,6%	100%
1954	24,3%	-	75,7%	100%
1955	24,0%	-	76,0%	100%
1956	24,8%	3,1%	72,1%	100%
1957	37,0%	4,7%	58,3%	100%
1958	46,8%	5,5%	53,7%	100%
1959	32,3%	4,0%	61,7%	100%
1960	38,2%	8,0%	53,8%	100%

Fonte: W. Baer pg.72.

Quadro 3

Proporcao % do investimento requerido pelo Plano de Metas entre 1957 e 1960. (1)

	%
Energia	43,2
Transportes	29,3
Alimentacao	3,2
Ind. de base	20,4
Selos e afins	3,4
Total	100,0

(1) Relatorio do BNDE de 1957.

Fonte: Ana Luiza D Avila

Quadro 4

Receita tributaria da Uniao (% da receita total)

	1947	1957	1960
Consumo	38%	41%	43%
Renda	33%	35%	32%
Importacao	17%	12%	11%
Selos e afins	12%	12%	14%

Fonte: W. Baer ps. 74.

Quadro 5

Receitas e despesas do Governo Federal
55/62 (% do Produto Bruto)

Anos	Receitas	Despesas	Deficite
55	8,0	9,2	1,2
56	8,3	12,2	3,9
57	8,1	11,9	2,6
58	8,9	11,3	2,4
59	8,8	11,1	2,3
60	9,2	12,4	3,2
61	9,0	12,9	3,9
62	9,0	14,1	5,1

Fonte: Carlos Lessa. Pg. 169.

Quadro 6

Discriminacao das despesas da Uniao (%)

	1950	1955	1960
Administracao geral	32,30	27,35	36,20
Defesa Nacional	26,94	29,28	21,01
Policia e Justica	5,38	5,50	3,98
Educacao e Pesquisa	9,50	5,96	6,00
Saude	1,32	5,45	4,62
Agricultura	4,52	5,18	3,82
Industria e Comercio	0,00	0,00	0,00
Transporte e Energia	10,54	17,15	19,40
Desenvolvimento regional	4,40	4,10	4,75
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: W. Baer. Pg. 558.

Quadro 7

Importancia relativa dos financiamentos fornecidos pelo BNDE (%)

	1956	1957	1958	1959	1960
Proporcao dos emprestimos em moeda nacional para a formacao bruta de capital	3,3	7,3	5,5	7,4	6,2
Proporcao dos emprestimos em moeda estrangeira para o ingresso de capitais autonomos	23,9	38,7	86,6	69,9	78,4

Fonte: W. Baer. Pg. 94.

Quadro 8

Meios de financiamento do deficit da Uniao

	1956	1957	1958	1959	1960
Receitas provenientes das transacoes de cambio	18,8	17,4	42,0	53,2	113,1
Emissao liquida de letras do Tesouro Nacional	0,3	0,2	9,6	8,8	2,2
Pagamento de exercicios fiscais anteriores	7,9	10,1	14,0	15,3	22,3
Aumento liquido dos emprestimos dos bancos comerciais ao governo	3,3	15,9	-8,6	-32,2	-13,2
Emissao liquida de papel-moeda	11,5	15,8	23,2	34,8	51,5
Total	41,8	62,4	80,2	80,9	126,6

Fonte: W. Baer. Pg. 564

Quadro 9

Encargos da papel-costa

Ano	Cr. \$ milhões	Variacao %
1955	69.340	--
1956	80.819	16,55
1957	96.575	19,50
1958	119.814	24,03
1959	154.621	29,05
1960	206.140	33,32

Fonte: W. Baer. Pg. 553.

Quadro 10

Salario minimo real (RJ) Base: 1952=100-Cr. \$ 1.200

Mes/ano	Custo de vida	Salario minimo nominal em Cr. \$	Salario minimo real em Cr. \$	Produto real per capita
jan/52	100	100	100	100,0
jan/54	146	200	137	104,8
ago/56	226	316	142	107,4
jan/59	367	500	136	120,2
nov/60	644	800	121	124,2
out/61	867	1220	129	129,8
jan/63	1454	1750	120	--

Fonte: Carlos Lessa. Pg. 170.

Quadro 11

Mudanças nos salários mínimos

Data de vigência	Salário mínimo mensal (cruzeiros)	Meses desfasados
jul/40	240	--
dez/43	380	41
jan/52	1200	97
jul/54	2400	30
ago/56	3800	25
jan/59	6000	29
out/60	9600	21
out/61	13440	12

Fonte: W. Baer

Quadro 12

Produtividade do operário e aumento do salário real no setor da indústria de transformação (1951=100)

	1956		1958	
	Salário	Produtividade	Salário	Produtividade
Indústrias tradicionais	110	99	112	125
Indústrias dinâmicas A	105	115	109	122
Indústrias dinâmicas B	104	117	110	131
Total: Indústria de transformação	108	107	113	132

Fonte: Maria Alejandra Caporale Madi.

Quadro 13

Massa de salários/Valor da produção (%)

	1949-1958	1959-1968	1949-1968
Ind. tradicionais	11,8	12,8	10,3
Ind. dinamicas A	15,0	13,2	12,3
Ind. dinamicas B	17,8	14,9	16,5
Total: Industria de transformacao	12,6	12,9	12,8

Fonte: Maria Alejandra Caporale Madi. Pg. 182.

Quadro 14

Relacao dos salarios ao valor adicionado na industria de transformacao (%).

Ano

1949	29
1957	32
1959	27
1962	28

Fonte: Maria Alejandra Caporale Madi. Pg. 182.

Quadro 15

Taxas de crescimento do salario medio e da produtividade de mao de obra (%)

Setores	1949-1958		1958-1969	
	Salario medio	Produtividade	Salario medio	Produtividade
Ind. Tradicionais	40,3	29,6	18,6	42,0
Ind. dinamicas A	47,7	67,5	33,2	25,0
Ind. dinamicas B	21,9	45,2	41,2	28,1
Total: Industria da transformacao	46,7	43,9	36,0	41,6

Fonte: Mata e Bacha. Pg. 97.

Quadro 16

Relacoes entre taxas de crescimento dos salarios e da produtividade

Setor.	Taxa cresc. sal. oper.		Taxa cresc. sal. buro.		Taxa cresc. produtiv. p/ ocup.	
	1949-58	1958-69	1949-69	1949-58	1958-69	1949-1969
Trad.	1,00	0,13	0,43	3,01	1,46	2,46
Din.-A	0,51	0,99	0,62	1,19	1,93	1,53
Din.-B	0,23	1,35	0,60	0,62	1,59	0,99
Ind. Tran.	0,79	0,56	0,62	2,10	1,53	2,01

Fonte: Mata e Bacha, pg. 97.

Quadro 17

Exportações brasileiras 1953-1963 (em milhões de dólares)

Ano	Exportações totais			Exportações p/ EU	Exportações de café	Exportações de café p/ EU
	Valor	Preço	Quantum			
1953	1540	100	100	745	1090	--
1954	1550	117	96	570	940	--
1955	1422	93	100	602	844	472
1956	1482	89	100	734	1030	613
1957	1392	91	100	659	845	498
1958	1240	87	96	534	688	382
1959	1282	71	117	592	735	406
1960	1269	70	119	564	713	403
1961	1403	71	128	563	710	368
1962	1214	67	119	485	642	427
1963	1406	68	133	531	746	343

Fonte: Pedro Sampaio Malan. Pg. 54-A.

Quadro 18

Café (Média anual dos preços em NY: Cents/libra-peso).

Ano	Santos 4	Rio 7
1945	13,38	9,38
1946	17,38	12,40
1947	22,54	14,17
1948	22,62	14,49
1949	31,80	18,70
1950	50,84	37,62
1951	54,31	45,65
1952	53,99	48,86
1953	57,96	51,19
1954	78,75	62,98
1955	57,06	42,37
1956	58,00	44,46
1957	57,23	45,40
1958	48,01	41,50
1959	37,22	34,43
1960	36,69	
1961	36,27	
1962	34,40	

Fonte: M. Baer. Pg. 565.

Quadro 19

Custo do programa de retencao
de cafe (em % do PIB).

Ano	%
1954	0,61
1955	0,85
1956	0,14
1957	1,07
1958	2,05
1959	2,77
1960	2,05
1961	0,91
1962	--

Fonte: Carlos Lessa. Pg. 162.

Quadro 20

Brasil: 1955-1963- Investimentos diretos, financiamento, amortizacoes e juros
(em milhoes de dolares).

	Investimento direto		Financiamentos		Amortizacao	Juros
	A	B	C	D		
1955	43	(31)	84	(60)	140	39
1956	89	(55)	231	(158)	187	69
1957	143	(107)	319	(223)	242	73
1958	110	(83)	373	(249)	324	61
1959	124	(93)	439	(290)	377	93
1960	99	(63)	348	(224)	417	118
1961	102	(47)	579	(274)	327	117
1962	69	(33)	329	(247)	310	121
1963	30	(19)	250	(186)	364	90

- A. Investimento direto total, dados do balanço de pagamentos
- B. Na forma do capítulo V do decreto 42820 de 16.12.57 que substituiu a instrucao 113 da SUMOC.
- C. Empréstimos e financiamentos, médio e longo prazo, dados balanço de pagamentos.
- D. Com emissão do certificado de prioridade cambial ou pagamentos ao custo de câmbio.

Fonte: Malan. Pg. 68-A.

Quadro 21

Composicao da divida externa do Brasil: 1955-1963. (em milhoes de dolares)

Ano	Finaciamento compensatorio	suppliers credit	Swaps	Atrasados comerciais	Outros	Total
1955	1.044	683	143	--	107	1.977
1956	918	780	123	--	120	1.941
1957	862	962	143	--	104	2.071
1958	999	1.011	113	--	155	2.278
1959	902	1.126	228	--	181	2.437
1960	913	1.115	275	68	284	2.655
1961	1.153	1.326	348	184	217	3.228
1962	1.203	1.394	394	128	100	3.219
1963	1.221	1.431	364	122	155	3.293

Fonte: Malan. Pg. 62-B.

Quadro 22

Taxas de investimento global, governamental, produtivo, estatal e privado.

Anos	Inv. total PIB	Inv. Gov. PIB	Inv. SPE PIB	Inv. Priv. PIB
1954	16,8	3,3	0,7	12,8
1955	19,4	2,8	0,6	15,0
1956	20,2	2,7	0,4	17,1
1957	21,9	3,9	0,9	17,1
1958	23,3	4,7	1,2	17,4
1959	23,8	4,1	1,8	17,9
1960	22,8	4,7	2,4	15,7
1961	22,4	4,3	2,5	15,6
1962	22,1	4,5	2,4	15,2

Fonte: Reichstul e Coutinho. Pg. 65.

Quadro 23

Capacidade instalada em 1.000 Kw (energia elétrica).

Ano	Valor Absoluto	Taxa de crescimento
1949	1.735	—
1950	1.882	8,5
1951	1.940	3,1
1952	1.985	2,3
1953	2.089	5,2
1954	2.806	34,3
1955	3.148	12,2
1956	3.550	12,8
1957	3.767	6,1
1958	3.993	6,0
1959	4.115	3,1
1960	4.800	16,6
1961	5.205	8,4

Fonte: Ana Luiza D Avila. Pg. 405.

Quadro 24

Entrada de embarcações- tonelage de registro
(Unidade- 1.000 toneladas).

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
1934	18.425	29.106	47.531
1935	18.592	27.275	45.867
1937	20.876	29.164	50.040
1938	21.001	30.258	51.254
1948	18.374	26.058	44.432
1949	17.201	27.923	45.204
1952	18.025	32.594	50.619
1954	16.728	36.689	53.417
1955	14.979	35.863	50.827
1957	16.928	38.308	55.236
1958	15.647	40.958	56.605
1960	--	--	59.294
1961	--	--	60.985

Fonte: Carlos Lessa. Pg. 41.

Quadro 25

Siderurgia (1.000 toneladas)

Ano	Aço em lingotes		Laminados	
	Produção nacional	Import.	Produção nacional	Import.
1956	1.365	339	1.074	242
1957	1.470	509	1.130	383
1958	1.659	279	1.304	205
1959	1.866	651	1.492	499
1960	2.279	558	1.707	434
1961	2.485	433	1.928	331

Fonte: C. Lessa. Pg. 43.

Quadro 26

Cimento Portland comum (1.000 toneladas).

Ano	Produção nacional	Importação
1951	1441	394
1952	1614	638
1953	2041	812
1954	2418	982
1955	2734	332
1956	3278	242
1957	3376	31
1958	3769	9
1959	3798	0
1960	4418	29
1961	4670	0
1962	5039	—

Fonte: C. Lessa. Pg. 44.

Quadro 27

Decomposicao percentual do investimento global (1950-1961).

Ano	Inv. Gov. Inv. total	Inv. SPE Inv. total	Inv. Publico Inv. total	Inv. Privado Inv. total
1950	28,4	1,7	30,1	69,9
1951	20,3	1,1	21,4	78,6
1952	19,1	1,5	20,6	79,4
1953	21,1	2,6	23,7	76,3
1954	19,8	4,2	24,0	76,0
1955	20,9	4,8	24,7	74,3
1956	19,0	3,0	22,0	78,0
1957	27,5	6,1	33,6	66,4
1958	29,0	7,3	36,3	63,7
1959	21,5	8,9	30,4	69,6
1960	28,0	11,5	39,5	60,5
1961	24,8	14,4	39,2	60,8

Fonte: W. Baer.

Quadro 28

Indices de producao industrial e agricola (1953=100).

Ano	Producao industrial	Total de producao agricola	Producao agricola p/ consumo pessoal	Alimentos p/ consumo interno	Volume de producao de lavouras	Volume de producao pecuaria
1947	60	79	76	76	82	69
1948	67	85	83	83	86	88
1949	74	90	87	86	91	83
1950	82	94	92	92	93	82
1951	88	94	94	93	92	87
1952	92	98	94	95	99	100
(47-52)	(8,9)	(4,4)	(4,2)	(4,6)	(3,9)	(7,7)
1953	100	100	100	100	100	100
1954	109	108	112	108	105	117
1955	120	117	115	112	113	112
1956	128	114	121	117	111	122
(53-56)	(8,6)	(4,5)	(4,9)	(5,4)	(3,6)	(6,9)
1957	136	125	127	125	123	121
1958	158	129	124	125	129	123
1959	178	132	129	130	132	124
1960	197	138	135	138	147	121
1961	219	149	145	144	154	125
(57-61)	(12,7)	(4,5)	(2,3)	(3,6)	(5,5)	(2,0)

Fonte: Baer, pg.134.

Quadro 29

Matadouros industriais- capacidade de abate diaria programado e realizado no periodo 56/60.

	Programado	Realizado
Bovinos	2750	2200
Suinos	1100	700
Total	3850	2900

Fonte: Carlos Lessa. Pg. 54.

Quadro 30

Execucao do programa de comercializacao do periodo 56-60. Unidades em toneladas.

	Programado	Realizado
Armazens e silos	800.000	569.233
Armazens e frigorificos	45.000	8.014

Fonte: Carlos Lessa. Pg. 54.

Notas do primeiro capitulo.

1. Kalecki, Michal. Ensaues sobre las economias en vias de desar-
rolla. Pg. 7-13.

2. idem.ibidem. Pg.17-29.

3. idem.ibidem. Pg.24-26.

4. idem.ibidem. Pg.26.

5. idem.ibidem. Pg.43-55.

6. idem.ibidem. Pg.19.

7. idem.ibidem. Pg.46.

8. idem.ibidem. Pg.50-51.

9. idem.ibidem. Pg.51.

10. idem.ibidem. Pg.51-55.

11. idem.ibidem. Pg.54.

12. idem.ibidem. Pg.18.

13. idem.ibidem. Pg.29.

14. idem.ibidem.

15. idem.ibidem. Pg.69.

16. idem.ibidem. Pg.24-26.

17. idem.ibidem. Pg.67.

18. idem.ibidem. Pg.70-106.

19. idem.ibidem. Pg.101.

20. idem.ibidem. Pg.104-105.

21. idem.ibidem. Pg.27.

22. idem.ibidem. Pg.162-165.

23. idem.ibidem. Pg.165.

24. idem.ibidem. Pg.28-29.

Notas do segundo capítulo.

1. Draibe, Sônia; Rumos e Metamorfoses. Pg. 16-24.
2. Cardoso de Mello, Joao Manuel ; O Capitalismo Yandio. Pg. 96-122.
3. Furtado, Celso; Formação Econômica do Brasil. Pg. 195-199.
4. Draibe, opcit. Pg. 84-105. Francisco Lopreato, na sua tese de mestrado intitulada Evolução da Participação Estadual na Distribuição Institucional de Renda (paginas 19 a 20), diz que houve uma centralização tributaria em favor da União e em detrimento dos governos estaduais. Na realidade, ele indica, a partir de 1930, as únicas mudanças na tributação do Estado foram as de eliminar aqueles impostos fixados por governos subnacionais que colocavam barreiras à expansão do mercado interno e, por sua vez, promover a tributação maior sobre as atividades internas. No entanto, foram preservados a maior parte dos impostos anteriores, se manteve a distribuição institucional de renda de forma descentralizada e conserva-se a capacidade dos governos estaduais em fixar alíquotas sobre seus impostos e de impôr taxas adicionais. Na verdade, segundo Lopreato, o processo de centralização de recursos em favor do governo federal começa após de 1964.
5. idem. ibidem.
6. Viana, Marcia Maria D'Avila; A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Pg. 9-11.
7. Draibe, opcit. Pg. 106-111.
8. Viana, opcit. Pg. 15.
9. Draibe, opcit. Pg. 139-147.
10. idem. Pg. 148-156.
11. Viana, opcit. Pg. 16-17.
12. Lessa, Carlos; Quinze Anos de Política Econômica Pg. 15-16
13. Sergio Besserman Vianna percebe que há um debate entre Draibe e Lessa enquanto a concepção do governo no que se refere à industrialização. Nas palavras de Vianna na pagina 122... " Carlos Lessa e Jose Luis Fiori criticam a posição de Draibe, afirmando haver nela um certo exagero, uma tentativa de dotar o Governo de Vargas um caráter premonitório que apareceria em uma inevitável " antevisão, extremamente moderna ao seu tempo, de uma industrialização pesada conduzida a partir da consciente interpretação do Estado no desenvolvimento capitalista e, notando que " o e a certamente marca todo o período é a preocupação dominante com a ampliação da infra-estrutura de transporte e energia, devendo ser temperada a tendência a ler nesse vasto conjunto de iniciativas

um bloco integrado de inversões visando a industrialização pesada." Notamos, nessa crítica, uma certa tendência de reduzir a visão e o esforço do Estado à tarefa de reaparelhamento de infraestrutura, não tendo o último, uma percepção com a magnitude suficiente, como para definir uma alternativa global de desenvolvimento capitalista. Nas palavras de Sônia Draibe, nas páginas 182-183 do seu livro Rumos e Metamorfoses, considera que o Segundo Governo Vargas "(...) definiu e ordenou seu movimento segundo um plano de desenvolvimento econômico e social de grande envergadura (...) se traçou pela primeira vez de forma abrangente e incisiva, uma alternativa global de desenvolvimento do capitalista no Brasil (...) pela primeira vez, de modo explícito, integrado e compatibilizado" foram pensados as questões agrária, industrial, urbana, proletária e institucional num (...) "todo orgânico, superando o modo fragmentado e parcial com que haviam sido tratadas até então."

14. Viana, Marcia Maria D'Ávila; A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Pg.23-54.

15. Viana, Ana Luiza D'Ávila; O BNDE e a Industrialização. Pg 402.

16. Viana, opcit. Pg.50.

17. Ver Sergio Besserman Vianna; A Política Econômica do Segundo Governo Vargas. Pg.23-47. O autor nota que os desequilíbrios tem outras fontes de origem. Enquanto a balança de pagamentos, além dos fatos já explicados, Vianna observa que as autoridades econômicas decidiram manter uma pauta de importações elevada em vista ao diagnóstico ortodoxo que elas tinham, já que consideraram que uma balança de pagamentos não equilibrada e superavitária gera uma expansão adicional dos meios de pagamento, o que, por sua vez, desataria pressões inflacionárias. Enquanto a flexibilidade da política de crédito, isto em grande parte decorre do conflito entre o Banco de Brasil e o Ministério da Fazenda em harmonizar as suas políticas.

18. idem. Pg.109-119. O autor nota que estas pressões inflacionárias são agudizadas tanto pelo aumento do salário mínimo nesse ano como pelo crescimento dos gastos do governo em infraestrutura, que objetiva reverter os pontos de estrangulamento causados pelo descompasso do investimento público em relação ao investimento privado entre 1951 e 1952. Ainda mais, nesse ano, 1953, o PIB só cresce 2,5%, porém a indústria experimenta um crescimento de 8,7%.

19. Viana, Marcia Maria D'Ávila; A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Pg.78-80

20. idem. Pg.68.

21. Draibe, Sônia., opcite.Pg. 215.

22. Baer, Werner; A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. Pg. 48.

23. Viana, Marcia Maria DAVILA; A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.Pg 55.

24. Viana, Ana Luiza DAVILA; O BNDE e a Industrialização. Pg.403.

25. idem.Pg. 400-403.

26. Malan, Pedro Sampaio; Política Econômica e teorias de Balança de Pagamentos.Pg.51.

27. Ver Carlos Lessas; Quinze Anos de Política Econômica. Pg.27-85. Observamos que nesta fase, a da industrialização pesada, o departamento produtor de bens de capital e o departamento de bens de consumo duráveis imprimem forte dinâmica intersectorial, pelo investimento em instalações novas, ao estes aproveitar as crescentes economias externas de escala provenientes do capital social formado pelo esforço do setor estatal. Isto permite duas transformações relevantes na estrutura capitalista brasileira. De um lado, imprime um novo padrão de acumulação de capital, de outro lado, logra a endogenização parcial da reprodução da estrutura capitalista ao o investimento interno assumir um papel de peso na dinamização econômica nacional, isto se percebe ao se prolongar os efeitos combinados do multiplicador e do acelerador dentro da estrutura econômica.

28. Baer, Werner., opcit. Pg.77.

29. Lessa. opcit. Pg.90-116. Neste respeito, citamos ele; "(...) não se realizou, ao longo do Plano, um esforço de redefinição do papel do Estado, montagem integrada do instrumental de política econômica e reestruturação da máquina administrativa. Pelo contrário, o novo instrumental criou uma desarticulação e deslocamento no sistema anterior(...)" Pg.113.

30. Viana, Ana Luiza DAVILA; O BNDE e a Industrialização. Pg.403-434.

31. Baer, opcit., Pg. 44-95.

32. Viana, opcit. Pg.426.

33. Malan, Pedro Sampaio . opcit. Pg. 72-90.

34. Madi, Maria Alejandra Caporale; A Vanguarda do Partido Conservador - Um Estudo sobre as Ideias de Roberto Campos no Período 1950-1964. Pg.175-187.

35. Lessa, Carlos ; opcit.Pg.170.

36. Baer, Werner .,opcit. Pg 82 e 108.

37. Mata, Milton e Bacha, Edmar; Emprego e Salários na Indústria da Transformação. Pg.96-101.
38. Malan, Pedro Sampaio ., opcit. Pg. 49-78.
39. Viana, Ana Luiza Dávila; O BNDE e a Industrialização. Pg.405.
40. idem. Pg. 408-409.
41. Carlos Lessa; Quinze Anos de Política Econômica. Pg.39.
42. Viana, . opcit. Pg. 410.
43. Lessa. opcit. Pg.39-48.
44. Luciano Galvao Coutinho e Henri-Phillipe Reitschul; O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo. Pg. 67-70.
45. Baer, Werner ., opcit. Pg. 133-137.
46. Lessa, Carlos ., opcit. Pg.50-54.
47. Sola, Lourdes; The Political and Ideological Constraints to Economic Management in Brazil, 1945-1963. Pg. 91-126.
48. Madi, Maria Alejandra Caporale ., opcit. Pg.11-27.
49. Cardoso, Miriam Limoeiro; A Ideologia do Desenvolvimento. Pg 83-208. No seu trabalho, a autora utiliza categorias que estão articuladas através de relações de determinação, sendo que a ideologia é um componente dentro de uma totalidade que corresponde a uma determinada estrutura social. Neste respeito, ela cita Marx: "(...) o conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas (...) é preciso distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção (...) e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas em que os homens tomam consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo." A autora destaca, neste respeito, como categorias fundamentais, a hegemonia, a estrutura ideológica e as classes sociais nas suas duas dimensões. Entende a hegemonia como categoria que expressa relações de dominação ou direção entre frações de classes ou de classes sociais entre si. Por sua vez, aponta que a estrutura ideológica compreende dois planos; um abstrato, que trata de sistemas articulados de ideias e um concreto, que trata da atualização dessas ideias e da sua institucionalização. Por último, aponta as duas dimensões das classes sociais; seja no plano econômico, que descreve uma determinada inserção das classes no processo de produção e distribuição material ou no plano ideológico, que descreve como as classes sociais identificam seus

interesses, os definem frente a outras classes e se organizam e agem de acordo.

Nesta concepção, não é só relevante identificar a totalidade, senão descrever os processos de transformação desta, dada pela oposição entre a infraestrutura e a superestrutura, mediadas através das classes sociais. No caso, segundo Miriam Limoeiro, "O domínio estrutural se exerce não só diretamente, no próprio processo de produção, como também indiretamente, por meio das ideologias dominantes, como sistema de ideias articuladas das classes dominantes que elas são. A dominação está ausente do discurso ideológico dominante."

50. Weffort, Francisco; O Populismo na Política Brasileira. Pg.29-70.

51. Sola., opcit. Pg. 126-185.

52. Limoeiro., opcit. pg. 183-184.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Paer, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- (2) Cardoso, Miriam Limcoiro. Ideologia do desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- (3) Coutinho, Luciano Galvão e Reitschul, Henri-Phillipe. "O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo" In: Martins, Carlos Estevam. Org. Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC/CEBRAP, 1977.
- (4) Draibe, Sonia. Rumos e Metamorfoses. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- (5) Feiwel, George R. Michal Kalecki: Contribuciones a la Teoría de la política económica. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- (6) Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1971.
- (7) Kalecki, Michal. Ensayos Sobre las Economías en Vías de Desarrollo. España, Editorial Crítica, 1980.
- (8) Lessa, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense.
- (9) Madi, Maria Alejandra Caporale. A Vanguarda do Pensamento Conservador: Um Estudo sobre as Ideias de Roberto Campos no período 1950-1964. Dissertação de Mestrado da UNICAMP, Campinas, 1985.
- (10) Malan, Pedro Sampaio. Política Econômica e Teorias do Balanço de Pagamentos: Relações Internacionais do Brasil no Período 1941-1979. Tese para Professor da UFRJ, RJ, 1981.
- (11) Mata, Milton da e Bacha, Edmar. "Emprego e Salários na Indústria de Transformação (49-69)". Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, junho de 1978.
- (12) Kello, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Brasiliense, 1986.
- (13) Sola, Lourdes. The Political and Ideological Constraints to Economic Management in Brazil 1945-1962. Ph.D Thesis University of Oxford, 1982.
- (14) Tavares, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, 2da edição. Campinas, Ed. UNICAMP, 1984.
- (15) Weffort, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

(16) Viana, Ana Luiza Dávila. O BNDE e a Industrialização. Tese de Mestrado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1981.

(17) Viana, Mercedes Maria Dávila. A Comissão Kieta Brasil - Estados Unidos no Contexto de II Vargas. Tese de Mestrado, Brasília, UNB, 1980.

(18) Vianna, Sergio Besserman. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas. Rio de Janeiro, BNDES, 1987.